



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 054

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE MAIO DE 2010

ANO XXXV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ERON ABOUD**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Pedro Ivo*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Reni Pereira*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 054**

### **53ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Indicações ..... 09

Requerimentos ..... 10

Projetos de Lei ..... 13

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 15

Dep. Wilson Quinteiro ..... 17

Dep. Douglas Fabrício ..... 19

Dep. Elio Rusch ..... 19

Dep. Péricles Mello ..... 22

Dep. Rosane Ferreira ..... 24

#### **Grande Expediente:**

Dep. Elio Rusch ..... 20

Dep. Jocelito Canto ..... 25

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 15

Liderança do Bloco PSDB/PRB/PV

Dep. Wilson Quinteiro ..... 17

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello ..... 23

Liderança do PMDB

Dep. Rafael Greca ..... 27

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch ..... 28

Liderança do Governo

Dep. Rafael Greca ..... 30

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 30

Discussão/Votação

Redação Final ..... 31

3ª Discussão ..... 31

2ª Discussão ..... 31

1ª Discussão ..... 31

Requerimentos ..... 43

**Encerramento da Sessão ..... 44**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva

Atos ..... 44

Atas de Comissões

Constituição e Justiça ..... 55

### **DIÁRIO Nº 054**

### **53ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2010**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, se-

cretariado pelos Srs. Deputados Elton Welter e Luiz Nishimori.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Mar-

celo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Nelson Justus, Beti Pavin, Luiz Carlos Martins e Luiz Eduardo Cheida (04).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Dobrandino da Silva e Fernando Scanavaca (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
OFÍCIO Nº 721/10-GP

Curitiba, em 24/05/10.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste de 7,07% (sete vírgula zero sete por cento), incidente sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, e de 5,0% (cinco por cento) sobre os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, na forma das tabelas constantes dos anexos I, II e III.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) RUY FERNANDO DE OLIVEIRA  
Presidente em exercício

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados no percentual de 7,07% (sete vírgula zero sete por cento), partir de 01/05/10, de conformidade com a Tabela de Níveis de Vencimentos constante do Anexo I dessa Lei.

§ 1º O reajuste de 7,07% (sete vírgula zero sete por cento) corresponde à reposição inflacionária medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, no período de 01/01/09 a 30/04/10, em observância à data de revisão instituída no artigo 5º da Lei Estadual nº 16165, de 06/07/09, e em atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.

§ 2º Ficam reajustados, no momento percentual e a partir da mesma data constante do *caput* do artigo 1º, os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com relação dada pela Emenda Constitucional nº 041, de 19/12/03, e no artigo 2º da mesma Emenda Constitucional, regulamentados pela Lei Federal nº 10887, de 18/06/04.

Art. 2º Os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, ficam reajustados no percentual de 5,0% (cinco por cento) conforme valores das Tabelas de Cargos em Comissão do Tribunal de Justiça constantes do Anexo II.

Art. 3º Ficam reajustados no mesmo percentual constante do *caput* do artigo 1º, conforme níveis de vencimento estabelecidos no Anexo III desta lei, os vencimentos básicos dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário constantes no Anexo I da Lei Estadual nº 16023, de 19/12/08, e alterados pelo parágrafo 3º do artigo 1º da Lei Estadual nº 16165, de 06/07/09.

Art. 4º A implementação em folha de pagamento, do reajuste constante da presente lei, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário ou pela ParanaPrevidência quando couber.

Art. 6º Esta lei em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/05/10.

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS - EM REAIS ANEXO I						
Ordem	A	B	C	D	E	F
1	1.276,99	1.646,32	2.108,85	2.659,07	3.930,67	5.071,17
2	1.306,84	1.684,20	2.151,86	2.721,34	4.022,82	5.189,99
3	1.337,45	1.722,93	2.195,77	2.785,10	4.117,05	5.311,58
4	1.368,74	1.762,57	2.247,13	2.850,34	4.213,50	5.436,05
5	1.400,78	1.803,11	2.299,72	2.917,14	4.312,22	5.563,42
6	1.433,54	1.844,56	2.353,53	2.985,49	4.413,26	5.693,76
7	1.467,10	1.886,99	2.408,60	3.055,44	4.516,67	5.827,16
8	1.501,45	1.930,39	2.464,96	3.127,02	4.622,47	5.964,02
9	1.536,56	1.974,78	2.522,65	3.200,27	4.730,81	6.103,41
10	1.572,51	2.020,20	2.581,67	3.275,29	4.841,66	-
11	1.609,31	2.066,66	2.642,10	3.352,05	4.955,08	-

ANEXO II CARGOS EM COMISSÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA TABELA 1	
Cargos de Direção e Assessoramento Superior	
Símbolo	R\$
DAS-1	583,05
DAS-2	514,59
DAS-3	479,59
DAS-4	410,09
DAS-5	375,06

TABELA 2	
Cargos em Comissão	
Símbolo	R\$
1-C	242,05
2-C	223,53
3-C	206,34
4-C	190,60

TABELA 2	
Cargos em Comissão	
Símbolo	R\$
5-C	179,16
6-C	168,40

ANEXO III		
Altera o Anexo I da Lei nº 16023, de 19/12/08		
CARREIRAS DOS QUADROS DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ		
(Artigo 7º da Lei nº 16023, de 19/12/08)		
Cargo	Nível	Vencimento
Analista Judiciário	9	3.602,07
	8	3.519,61
	7	3.439,05
	6	3.360,29
	5	2.865,62
	4	2.799,99
	3	2.735,87
	2	2.673,25
	1	2.612,04
Técnico Judiciário	9	1.921,04
	8	1.877,12
	7	1.839,59
	6	1.802,82
	5	1.766,77
	4	1.727,04
	3	1.688,22
	2	1.650,26
	1	1.613,14

**JUSTIFICATIVA:**

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre o reajuste correspondente à reposição inflacionária de 7,07% (sete vírgula zero sete por cento), constituído pela variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, no período de 01/01/09 a 30/04/10, con-

forme publicado pelo IBGE, incidente, a partir de 01/05/10, sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, de conformidade com as tabelas constantes do Anexo I do presente anteprojeto de lei.

A tabela de vencimentos básicos de que trata o Anexo I deste anteprojeto, substitui àquela constante do Anexo I da Lei Estadual nº 16165, de 06/07/09, refletindo a política de manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos básicos dos servidores, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de 01/01/09 a 30/04/10, atendendo-se, por conseguinte, aos preceitos contidos no artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual.

De igual modo está se fazendo a necessária atualização nas tabelas de vencimento básico dos cargos de provimento em comissão, do quadro de servidores do Poder Judiciário, pois o Anexo II deste anteprojeto reajusta em 5% (cinco por cento) os valores constantes das tabelas do Anexo II, da Lei Estadual nº 16165, de 06/07/09.

Incidirá também o reajuste de 7,07% (sete vírgula zero sete por cento) sobre os vencimentos básicos dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário estabelecidos no Anexo I da Lei Estadual nº 16023, de 19/12/08, que dispõe sobre as carreiras dos funcionários públicos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, conforme níveis de vencimentos estabelecidos no Anexo III do presente anteprojeto de lei.

Registre-se que a Lei Estadual nº 16165, de 06/07/09, em seu artigo 1º, parágrafo 3º, autorizou o rea-

juste de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento) para o cargo de Analista Judiciário e Técnico Judiciário previsto no Anexo I da Lei Estadual nº 16023/08, embora não tenha publicado a respectiva tabela.

Nesse sentido, o Poder Judiciário propõe a publicação da tabela de vencimentos constante do Anexo I da Lei Estadual nº 16023/08, acrescida cumulativamente do percentual de 5,90% (cinco vírgula noventa por cento) autorizado pela Lei Estadual nº 16165/09 e de 7,07% (sete vírgula zero sete por cento) de reajuste ora proposto, constituindo o Anexo III da presente lei.

O período do reajuste correspondente à reposição inflacionária, de 01/01/09 a 30/04/10, é resultado da determinação contida no artigo 5 da Lei Estadual nº 16165, de 06/07/09, que instituiu a data de 1º de maio de cada ano, a partir do exercício financeiro de 2010, como data para revisão geral anual estabelecida no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual.

A data de revisão geral, a partir do exercício de 2010, passa a ser 1º de maio de cada ano, e representa, exclusivamente neste caso, um período de 16 meses de reposição inflacionária (de 01/01/09 a 30/04/10), evitando, dessa forma, a concessão de reajuste retroativo ao mês de janeiro, conforme praticado anteriormente.

O detalhamento do percentual de 7,07% está assim constituído:	
IPCA de 01/01/09 a 31/12/09	4,31%
IPCA de janeiro de 2010	0,75%
IPCA de fevereiro de 2010	0,78%
IPCA de março de 2010	0,52%
IPCA de abril de 2010	0,57%
Incidência cumulativa	7,07%

Cumpra enfatizar que a Lei Federal nº 9504 de 30/09/97, que dispõe sobre normas para as eleições, em seu artigo 73, inciso VIII, excepciona da regra geral de vedação, a concessão de revisão geral de remuneração dos servidores estritamente para recomposição da perda de poder aquisitivo da moeda, conforme estabelecido no artigo 27, inciso X da Constituição Estadual.

Por conseguinte, a proposta ora apresentada, de reajuste dos vencimentos básicos dos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, em percentual equivalente, exclusivamente, à reposição da variação inflacionária no período de 01/01/09 a 30/04/10, atende aos preceitos da Constituição Estadual.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde a um acréscimo mensal de R\$ 1.767.872,00 (um milhão setecentos e sessenta e sete mil e oitocentos e setenta e dois reais) perfazendo um incremento anual na despesa de pessoal de R\$ 15.910.848,00 (quinze milhões novecentos e dez mil oitocentos e quarenta e oito reais) para 2010, totalizando o valor de R\$

24.131.452,00 (vinte e quatro milhões cento e trinta e um mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais) para o exercício de 2011 e de R\$ 25.338.025,00 (vinte e cinco milhões trezentos e trinta e oito mil e vinte e cinco reais) para 2012, nos termos da Informação nº 015/10, datada de 11/05/10, do Departamento Econômico e Financeiro, que, em seu item II, menciona a existência de saldo orçamentário suficiente para atender a presente solicitação na fonte 100 - ordinário não vinculado.

Em conformidade com o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2009, a despesa total com pessoal do Tribunal de Justiça, em dezembro de 2009, representou 3,07% (três vírgula zero sete por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, portanto, significativamente abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7% cf. artigo 22, parágrafo único).

A presente proposta de anteprojeto de lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Extraordinária realizada em 21/05/10.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual n° 16369/09) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008-2011 (Lei Estadual n° 15757/07).

### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar n° 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que reajusta em 7,07% (sete vírgula zero sete por cento) os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, e em 5,0% (cinco por cento) os vencimentos

básicos dos cargos de provimento em comissão, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2010, aprovado pela Lei Estadual n° 16369 de 30/12/09, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n° 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 24/05/10.

(a) RUY FERNANDO DE OLIVEIRA

OFÍCIO N° 821/10 - GP  
INFORMAÇÃO N° 015/10

Senhor Chefe:

Trata o presente expediente de reajuste de 7,07% (sete vírgula zero sete por cento) dos servidores de cargos efetivos e 5% (cinco por cento) aos servidores de cargos em comissão, a partir de maio de 2010.

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA	
Período	Custo Mês (R\$)
A partir de maio/2010	1.767.872,00
Observação: Considerando a parte patronal do ParanaPrevidência e INSS.	

Quanto à análise do custo em relação aos limites orçamentários e financeiros nos termos dos artigos 16 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa em

questão, é de caráter continuado e a projeção para este exercício e para os dois seguintes, fica assim demonstrada:

EXERCÍCIO	2010	2011	2012
<b>Despesa</b>	15.910.848,00	24.131.452,00	25.338.025,00
Observação: Considerando a projeção de inflação de 5% para 2011 e 2012.			

#### I - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF

O impacto do presente processo, no exercício e

nos dois exercícios seguintes, fica assim demonstrado:

	2010	%	2011	%	2012	%
RCL	16.583.573.183		18.222.030.214		20.022.366.766	
DLP	577.352.027	3,48	636.115.978	3,49	685.016.783	3,42
DLP2	593.262.875	3,58	660.247.250	3,62	710.354.808	3,55

Observação: Para a Receita Corrente Líquida - RCL foi considerado o reajuste de 9,88% conforme média dos últimos três anos, a DLP Despesa Líquida de Pessoal foi calculado com base na soma da despesa atual e os processos que foram informados e a DLP é a soma da despesa DLP mais o custo do presente expediente.

Os limites de despesa com pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estão assim definidos:

- 1) prudencial, parágrafo único do artigo 22, é de 5,70%;
- 2) máximo (Tribunal de Justiça), parágrafo 1° do artigo 20, é de 6%.

Sob os enfoques das Leis de Orçamento, a presente situação consiste na seguinte análise:

#### II - Impacto Orçamentário - LOA

Verificando o contido na Lei Orçamentária Anual n° 16369/09 para o exercício de 2010, fonte 100 - ordinário não vinculado, constatei a existência de saldo orçamentário suficiente para atender a presente solicitação na fonte 100 - ordinário não vinculado, do projeto-atividade - 0501.02061292.002 Atividades Judiciárias - TJ.

**III - Impacto Financeiro - LDO**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO n° 16193/09, para o exercício de 2010, no artigo 7° estabelece que o limite de gasto do Poder Judiciário é de 9% da receita líquida.

**IV - Plano Plurianual - PPA**

A Lei n° 15757/07 que aprovou o Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011 estabelece que as propostas orçamentárias deste Tribunal sejam elaboradas com base no percentual de 9% da Receita Líquida, dando guarida ao reajuste ora proposto.

Assim sendo, conclui-se que a presente despesa

tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e é compatível com a LDO e o PPA.

É a informação.

Seção de Execução Orçamentária.

Em, 11/05/10.

(a) JOSÉ RENATO MAZZAROTTO

Chefe da Seção

De acordo.

Ao Diretor do Departamento Econômico e Financeiro.

Em, 11/05/10.

(a) JOSÉ FERNANDES FERRARI

Chefe da Divisão de Contadoria Geral

<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL</b> <b>ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</b> <b>JANEIRO/09 A DEZEMBRO/09</b>		
RGF - ANEXO I (LRF, artigo 55, inciso I, alínea "a")		R\$
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	jan/09 a dez/09	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>719.335.482,77</b>	<b>360.000,00</b>
Pessoal Ativo	525.343.933,16	0,00
Pessoal Inativo	193.991.549,61	360.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (parágrafo 1º do artigo 18 da LRF)	—	—
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (parágrafo 1º do artigo 19 da LRF e Res. n° 7598/02-TC) (II)</b>	<b>212.306.847,63</b>	<b>0,00</b>
( - ) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	—	—
( - ) Decorrentes de Decisão Judicial	—	—
( - ) Despesas de Exercícios Anteriores	59.631.807,96	0,00
( - ) Inativos com Recursos Vinculados	55.547.134,15	0,00
( - ) Imposto de Renda Retido na Fonte	97.127.905,52	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>507.028.635,14</b>	<b>360.000,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (IV) = (IIIa + IIIb)</b>	<b>507.388.635,14</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL - (V) (*)</b>	<b>16.512.268.917,00</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI)=(IV/V)*100</b>	<b>3.07%</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (artigo 20 da LRF) - 6,00%</b>	<b>990.736.135,02</b>	



LIMITE PRUDENCIAL (artigo 22 da LRF) - 5,70%		941.199.328,27
Observação: (*) Valor Preliminar Sujeito a Alteração FONTES: SIAF - Sistemas Integrados de Acompanhamento Financeiro/SEFA e Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Site: portal.tjpr.jus.br/web/df/relatorios		
<b>Carlos Augusto Hoffmann</b> Presidente do Tribunal de Justiça do Estado	<b>Denise C. R. Santos</b> Secretário do Tribunal de Justiça do Estado	<b>Vilmar Farias</b> Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

## OFÍCIO S/N

Curitiba, em 25/05/10.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente na Sessão Plenária do próximo dia 26 do corrente mês, devido ao fato de estar participando de reunião com o Sr. Paulo Bernardo - Ministro do Planejamento, em Brasília.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

(a) ENIO VERRI

**Indicações**

## INDICAÇÃO Nº 091/10

## SÚMULA:

Solicita a construção de cobertura e iluminação na quadra de esportes do CENSE - Centro de Socioeducação - unidade de Campo Mourão.

Sra. Secretária de Estado da Educação.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

Considerando que:

1) o referido pedido acima foi feito através do Protocolo Geral do Estado sob o nº 07.287.403-0, datado de 11/11/08;

2) que o pedido foi reforçado através de nossa indicação parlamentar datada de 07/07/08;

3) a necessidade urgente de cobertura e iluminação na quadra de esportes do CENSE, pois esse fato tem restringido a utilização do espaço esportivo e cultural em virtude do tempo;

4) Que a construção proporcionará melhores condições de estudo e aproveitamento pelos beneficiados gerando melhor qualidade de ensino e de vida.

Solicita:

1) a construção imediata de cobertura e iluminação na quadra de esportes do CENSE - Centro de Socioeducação - unidade de Campo Mourão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 092/10

## SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado dos Transportes a inclusão do Município de Janiópolis no Programa Estadual de Patrulha Rodoviária Rural.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário seja aprovada a presente indicação, a fim que seja proposta ao Exmo. Sr. Mario Cesar Stamm Junior, Secretário de Estado dos Transportes, a inclusão do Município de Janiópolis no Programa Estadual Patrulha Rodoviária Rural.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Sr. Jair Januário Detofol, Prefeito Municipal de Janiópolis, ao Vereador Moacir Pereira dos Reis, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador José Claudio do Prado.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

O pedido em questão justifica-se pela necessidade urgente de revestimento primário, bem com o cascalhamento de várias estradas municipais do referido Município.

## INDICAÇÃO Nº 093/10

## SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado da Saúde Pública a doação de uma ambulância para o Município de Mandirituba.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário seja aprovada a presente indicação, a fim que seja proposta ao Exmo. Sr. Carlos Augusto Moreira Junior, Secretário de Estado da Saúde, a doação de uma ambulância ao Município de Mandirituba.

Requer, outrossim, seja dada ciência a Vereadora Marília Segala Lourenço, Câmara Municipal de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

A Vereadora Marília Segala Lourenço, esteve em meu gabinete parlamentar e ressaltou a necessidade urgente na liberação de uma ambulância para o

atendimento dos pacientes do Município de Mandirituba.

#### INDICAÇÃO Nº 094/10

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Orlando Pessuti e a Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra coberta no Colégio Estadual Douradina, Município de Douradina.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário seja aprovada a presente indicação, a fim que seja proposta ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Secretária de Estado da Educação, Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde a construção de uma quadra de esportes coberta no Colégio Estadual Douradina, Município de Douradina.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Douradina, Jose Carlos Pedroso, e a diretora do colégio, Maria Isabel Fidalgo Alcobia.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) NELSON GARCIA

##### JUSTIFICATIVA:

O Município de Douradina vem se destacando positivamente no cenário educacional paranaense, tendo recebido recentemente a homenagem de Cidade Livre do Analfabetismo, motivo pelo qual entendemos ser de suma importância para a continuidade dos trabalhos realizados a construção da referida quadra.

## Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 1682

Senhor Presidente:

Solicitamos o uso do plenário da Assembleia Legislativa para realização da Audiência Pública sobre a Regulamentação da Defensoria Pública no Estado do Paraná, no dia 23/06/10, às 8h30.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 1677

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 123/10, de minha autoria, tendo em vista que apresentei projeto de resolução tratando da matéria.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 1694

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER o arqui-

vamento do Projeto de Lei nº 237/08 de autoria do Deputado Dr. Batista.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) DR. BATISTA

#### REQUERIMENTO Nº 1696

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 541/09, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 1686

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do comerciante Eduardo Geremi Turkiewicz, ocorrido no último dia 18 nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

##### JUSTIFICATIVA:

Aos 92 anos de idade, faleceu no último dia 18 nesta Capital, o comerciante Sr. Eduardo Geremi Turkiewicz. Deixou viúva a Sra. Maria Luiza Gluck Turkiewicz, deixou também três filhos e seis netos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai celeste que nossos amigos, familiares do Eduardo, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Turkiewicz, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1697

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento

do Sr. Carlos Augusto Pardal, falecido no último dia 22/05 no Município de Clevelândia.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 22 no Município de Clevelândia aos 81 anos e idade, o Sr. Carlos Augusto Pardal, que nasceu em Portugal. Deixou viúva a Sra. Marlene Aparecida Huffner Pardal e cinco filhos, entre eles o renomado advogado Vitor Eduardo Pardal, o corretor de imóveis Luiz Carlos Pardal e as filhas Rosalina (Kika), Débora e Marlene, as quais exercem a sublime profissão do magistério, e deixou ainda oito netos.

O Sr. Pardal como era conhecido, foi membro efetivo do Diretório Municipal do PMDB, com longa história de militância, exercendo por várias vezes a Presidência do partido e tendo sido delegado do partido por várias ocasiões.

Participamos das últimas orações ao nosso amigo Pardal, celebrada pela Revmo. Padre André, que transmitiu palavras de conforto aos familiares. Pudemos observar também o grande número de amigos e correligionários que lá compareceram para dar o último adeus ao companheiro.

O passamento do Sr. Pardal veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar. Sua família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais esquecerão a sua maneira de ser, seu gesto, seu companheirismo e carinho dispensado a todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pardal endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1687

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Lidianópolis pela passagem, no próximo dia 05/06/10, do seu 20º aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Marcos Eusébio Dias Sobreira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Celso Antonio Barbosa bem como a todos os senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Lidianópolis.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A comemoração dos 20 anos do Município de Lidianópolis, no próximo dia 05/06/10, é um evento que

marcará, além do seu registro histórico, um Município renovado pela fibra do seu povo, ao longo de sua história.

Em 1950 começou a se delinear a formação da Cidade de Lidianópolis. Neste época José Caetano Marques comprou da Sociedade Territorial Ubá uma gleba de 400 alqueires de terras, planejando fundar um povoado cujo nome seria Lidianópolis. O nome da localidade foi em homenagem à Sra. Lídia Marques, mãe do colonizador José Caetano Marques.

Mas tarde estas terras foram vendidas a João Morelle, que iniciou a implantação do patrimônio. As primeiras construções foram a Serraria e Venda do Dimas.

No perímetro urbano foi pioneiro o Sr. José Cláudio Filho, Mais tarde funcionou o bar de João Braga e Genor da Costa iniciou-se como cerealista. Em 1958 Bernardino Campos instalou um armazém.

Pela Lei nº 4962, de 21/11/72, foi criado o Distrito Administrativo, com denominação alterada para Ubá do Sul, Este nome não vingou. A Lei nº 7108, de 17/01/79, permitiu que se voltasse a antiga denominação. Em 05/06/90, pela Lei nº 9289, foi criado o Município de Lidianópolis com território desmembrado de Jardim Alegre. A instalação deu-se a 01/01/93.

Nada mais reconfortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé que saudar o Município de Lidianópolis, pela passagem de seus 20 anos de história, com seu atual Prefeito Sr. Marcos Eusébio Dias Sobreira e o Sr. Celso Antonio barbosa e todos os senhores Vereadores, que encaram o futuro com aquela invencível confiança transmitida pela população.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às manifestações de júbilo de toda a população de Lidianópolis pelo transcurso, do seu 20º aniversário, no próximo dia 05/06/10.

#### REQUERIMENTO Nº 1695

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja oficiado ao Presidente do Condor Super Center, Joanir Zonta, em razão do prêmio que elegeu o empresário Personalidade da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba - AECIC 2010.

O tradicional almoço de entrega do prêmio será realizado no dia 05 de julho no Graciosa Country Club.

A Assembleia Legislativa do Paraná congratula-se com o empresário, porque essa conquista honra e orgulha aos paranaenses.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1699

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, REQUER ao Plenário

desta Casa Legislativa o encaminhamento de efusivas congratulações a Srta. Marylia Bernardt, da Cidade de São Miguel do Iguaçu, pela conquista da terceira colocação no Miss Brasil 2010, no último dia 08 de maio, na Capital paulista. Com essa consagração, ela vai concorrer ao título de Miss Continente Americano, que em breve ocorrerá em grandioso concurso no Equador.

Antes, em concursos de beleza feminina, a Srta. Marylia Bernardt se consagrou Miss São Miguel do Iguaçu, num evento local sem precedentes, e depois como Miss Paraná 2010, na grande festa da beleza feminina paranaense que aconteceu na Cidade de Maringá.

Caso aprovada a presente proposição, o proponente requer seja dada ciência à homenageada, com votos de coragem e largo sucesso no concurso Miss Continente Americano, vai correspondência.

Solicita-se também, se aprovada a presente matéria, o encaminhamento de cópia a Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Iguaçu, na pessoa do seu Presidente Charles Zillo.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1690

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações a Dra. Viviane Redondo Machado.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Viviane Redondo Machado, formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e com especialização em Processo Civil pelo Instituto Brasileiro de Estudos Empresariais e Jurídicos. Sua carreira teve início advogando em escritório particular, passando posteriormente a atuar na Procuradoria Geral do Município de Curitiba, onde demonstra sua competência e ser peça essencial para a administração da justiça.

Representando e defendendo judicial e extrajudicialmente em qualquer foro ou jurisdição o Município, prima pela excelência e assegura o interesse público e o eficiente atendimento ao cidadão curitibano. Atualmente é presidente da Curitiba S.A., empresa a qual dedicação integralmente, realizando trabalho de elevada responsabilidade, comprovando sua capacidade e seu discernimento jurídico e administrativo.

#### REQUERIMENTO Nº 1691

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações ao Engenheiro Julio Cesar de Souza Araújo Filho.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Engenheiro Julio Cesar de Souza Araújo Filho Engenheiro Civil formado pela Universidade Federal do Paraná e com Pós Graduação em Administração e Finanças Empresário do ramo da construção civil, sócio diretor da Construtora ARCE e ex-presidente do SINDUSCON/PR é atualmente Secretário de Estado de Obras Públicas. Atuando com ética e dedicação frente a pasta, destaca-se pelo zelo do patrimônio público mantendo o pleno funcionamento dos serviços próprios do Estado.

Sua capacidade de organização, liderança e gerência, demonstram seu domínio dos conceitos administrativos e econômicos, aplicados com responsabilidade e dinamismo. Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento da comunidade paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 1692

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de louvor e congratulações ao Dr. Newton Sérgio de Carvalho.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Newton Sérgio de Carvalho, Professor Doutor do Departamento de Tocoginecologia do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná e coordenador do setor de infecções/DST - AIDS na mulher, onde desenvolve trabalho de pesquisa e tratamento das doenças, em especial do HPV - Papilomavirus Humano.

Um profissional com vasta experiência na área e considerado um dos mais conceituados do Paraná e do Brasil, demonstrando dedicação e competência na profissão, um exemplo na medicina.

#### REQUERIMENTO Nº 1693

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, que seja encaminhada Exmo. Sr. Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva e o Presidente do Senado Federal, José Sarney, moção de defesa à repartição equitativa para todos os Estados e Municípios do País, dos recursos financeiros oriundos da exploração do petróleo da camada do pré-sal.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(aa) NEY LEPREVOST, ANTONIO BELINATI, RENI PEREIRA, FERNANDO SCANAVACA, WILSON QUINTEIRO, FELIPE LUCAS, ELIO RUSCH, LUIZ NISHIMORI, DR. BATISTA, MARCELO RANGEL, DOUGLAS FABRÍCIO, ARTAGÃO JÚNIOR, CIDA BORGHETTI, BETI PAVIN, TADEU VENERI, ELTON WELTER, LUCIANA RAFAGNIN e CHICO NOROESTE.

**JUSTIFICATIVA:**

Tal moção se deve ao fato da mobilização que os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo estão promovendo para garantir que recebam a maior fatia dos recursos financeiros oriundos da exploração do petróleo da camada do pré-sal, e que precisa ser contraposta.

Afinal a repartição equitativa dos recursos do pré-sal já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, numa votação histórica, que aprovou a partilha igualitária dos referidos royalties do petróleo, por 369 votos a favor e 72 contra.

Essa mobilização é fundamental e necessária, para que fique clara a posição dos representantes legítimos do povo paranaense que sempre pautaram suas ações em defesa do nosso Estado.

**REQUERIMENTO Nº 1680**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Hermas Eurides Brandão, solicitando os seguintes documentos e informações, relativos às prestações de contas do Ministério Público do Paraná nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008.

Na data de 01/12/09 enviamos ofício àquele Ministério Público, que foi Protocolado sob o nº 22372/09-PGJ. Tal ofício nos foi respondido em 21/05/10, através do ofício 0748/10/GAB. Em razão das respostas apresentadas aos nossos questionamentos não terem sido nem completas e nem satisfatórias, além de trazerem embasamento legal para os procedimentos adotados, solicitamos que esse Tribunal de Contas nos informe o seguinte:

- Quais as razões das prestações de contas dos citados anos (2005, 2006, 2007 e 2008) ainda não terem sido aprovadas por esse Tribunal?

- Considerando que os valores colocados na consulta efetuada foram retirados dos demonstrativos anteriormente levados à Assembleia Legislativa, bem como respostas de ofícios feitos ao MP e não conferem com os valores ora afirmados, requeremos parecer sobre a regularidade ou não dos procedimentos firmados;

- A análise feita até o presente momento por esse Tribunal, das contas do Ministério Público nos anos citados, está conforme as informações prestadas na resposta contida no ofício acima citado?

- Qual a justificativa apresentada a este Tribunal de Contas para o Ministério Público pagar todos os anos valores prescritos? Porque não paga em dia? Não pagar em dia também não representa descumprimento da lei e dos princípios administrativos?

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 1698**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Tribunal de Contas do Paraná, solicitando a seguinte informação:

1. Em qual fase de análise neste egrégio Tribunal, encontra-se a prestação de contas entre a Empresa PAVI-BRAS e o Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná - ParanaSan, referente as obras do Litoral do Estado do Paraná? Enviar cópia dos relatórios e pareceres exauridos até a presente análise.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) NEIVO BERALDIN

***Projetos e Lei*****PROJETO DE LEI Nº 238/10**

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Músicos do Oeste do Paraná - AMO, uma entidade de utilidade pública estadual, com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Músicos do Oeste do Paraná de Cascavel é uma entidade que visa congregar músicos de todos os gêneros, profissionais ou amadores, autores e promotores musicais e literários, promotores de eventos artísticos e pessoas que atuam em atividades relacionadas à cultura que residam na região Oeste do Paraná. Tem ainda como objetivo:

a) colaborar, estimular o espírito de solidariedade entre os associados;

b) representar e reivindicar apoio para os associados, junto a autoridade e entidades constituídas;

c) representar eventos artísticos, culturais, firmar parcerias e convênios com órgãos públicos ou privados, nas áreas de cultura, educação, saúde, esporte, turismo e lazer.

d) produzir discos, editar obras musicais e literárias, publicar jornais, revistas, livros, cartazes, programas de rádio, televisão, realizar e participar de eventos.

A associação preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, conforme comprova-se com os documentos anexados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 239/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Cristã Feminina - ACF, com sede e foro no Município de Guaraqueçaba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cristã Feminina - ACF, é sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e educacional, assistencial, com os principais objetivos descritos:

- a) Capacitar as mulheres em trabalhos manuais de várias espécies.
- b) Melhorar a renda familiar das associadas e de suas famílias.
- c) Fazer um melhor aproveitamento das matérias primas existentes na região tais como conchas, escamas, folhas, etc.
- d) Principalmente despertar nas jovens o espírito de cooperação.

PROJETO DE LEI Nº 240/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Sou Arte de Campo Mourão, com sede no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor em sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Sou Arte de Campo Mourão, fundada aos 10/04/05, contando, pois, com aproximadamente 05 (cinco) anos de existência, vem desenvolvendo constante trabalho, na prestação de assistência beneficentes e culturais aos seus associados e artistas em geral, além de realização de cursos, palestras, projetos, espetáculos, etc.

Trata-se de uma Associação, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 11.189.780/0001-86, e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 241/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Loja Maçônica Saint Germain, com sede e foro em Guarapuava/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de publicação.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A augusta e respeitável Loja Maçônica Saint Germain, denominada simplesmente da Loja Maçônica, é uma instituição de caráter beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 21/04/99, conforme ata de constituição e de personalidade jurídica nos termos do Código Civil Brasileiro e rege-se Leis do País, pelas Leis do Grande Oriente do Paraná e pelo seu estatuto.

A Loja tem por finalidade propagar os postulados da Maçonaria Universal, fundar e/ou manter e/ou auxiliar hospitais, casas de saúde, abrigos, escolas, instituições de ensino e pessoas menos favorecidas, promover a filantropia através da arrecadação de roupas, sapatos, e alimentos, indagar a verdade e o estudo da moral para que seus membros e a humanidade tenham progresso material, intelectual e social, entre outros objetivos constante de seu estatuto e conforme averiguado em seu relatório de atividades.

Por estes motivos, estamos certos de apoio dos nobre Pares, na certeza de que não nos faltarão motivos para aprovarmos a proposição em trâmite.

PROJETO DE LEI Nº 242/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apoio à Família e Dependentes de Drogas Lícitas e Ilícitas, com sede em Porto Amazonas/PR e foro em Palmeira/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de publicação.

Sala das Sessões, em 25/05/10.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Apoio à Família e aos Dependentes de Drogas Lícitas e Ilícitas - AAFDD, é uma entidade filantrópica, sem fins econômicos, que é regida pela legislação vigente no País e pelos seus estatutos, com sede em Porto Amazonas e foro em Palmeira/PR.

A AAFDD, tem por objetivos promover palestras educativas e grupos de apoio para dependentes de drogas

lícitas e ilícitas, agilizar melhores condições aos portadores destas patologias, desenvolver um trabalho multidisciplinar, buscando junto ao mercado de trabalho apoio para os referidos pacientes (em recuperação), viabilizar a valorização do ser humano e sua reintegração à família e à sociedade, entre outros definidos no seu estatuto.

Por estes motivos, contamos com o apoio dos nobres Pares, por estar o projeto em condição de tramitar e por não nos faltarem razões para tal.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Deputado Antonio Anibelli, sempre generoso, Deputado Nishimori, Deputado Elton Welter, meus colegas Parlamentares, paranaenses que me acompanham pela televisão, ao vivo, e também pela internet.

Tenho o hábito de usar esta tribuna aqui, meu caro Wilmar, meu caro Cleonir, e mostro vários jornais do Paraná, primeiro porque nem todos os jornais chegam a todas as Cidades do Paraná; segundo, pelo baixo poder de compra do povo. Se a pessoa for comprar um jornal por dia, o assalariado vai gastar 10% do seu salário, no mínimo, para poder assinar, ou comprar, um único jornal. Mas são muitos jornais, são muitas revistas. O ideal seria o cidadão assinar vários jornais, poder assinar várias revistas. Mas daí passaria, quem sabe, mais de 15% da renda mensal de cada trabalhador. E como a TV transmite ao vivo as Sessões, eu gosto sempre, meu caro Nany, um dos maiores repórteres fotográficos do Paraná, mostrar o que os jornais do nosso Estado estão dizendo.

Por exemplo: Indústria e Comércio: *Presidente vetará o fim do fator previdenciário*. O Correio Paranaense: tem aqui a foto do Ricardo Barros, Rossoni, Meurer, Cida Borghetti, Deputado Traiano, ontem na reunião do PP, em que foi fechado um acordo PSDB e PP para as próximas eleições. E também o Ricardo Barros apresentou uma proposta de plano de Governo, ele percorreu todos os Municípios do Paraná e foi ouvir, junto ao próprio povo, o que está faltando, o que o Governo deveria fazer em cada Município do Paraná. Parabéns ao Deputado Ricardo Barros.

O Jornal do Ônibus: *O povão vê a seleção*. O Dunga não queria abrir os portões do centro de treinamento para a torcida ver a seleção e ontem ele mudou de ideia. E finalmente está aqui a Folha de Londrina de hoje, que traz aqui: *Defesa do Padre vai acionar o Estado*. É que a Polícia fez uma coisa que a população não aceitou, sobre o Padre Silvio Andrei, acusaram o Padre de estar dirigindo alcoolizado e nu, e de repente a Polícia acorren- tou o Padre pela perna, chamou a televisão, num ato de

sensacionalismo, e executou a figura do Padre Silvio Andrei para todo Brasil. A imagem está no Google, está no Youtube, está rodando o mundo inteiro. Agora, o advogado do Padre Silvio Andrei, o Dr. Walter Bittar, quer que o Estado pague uma indenização.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

É lamentável que tem policial que, antes até de prender uma pessoa, primeiro chama os principais programas policiais da televisão, porque o policial quer aparecer, quer holofote, e acaba execrando e até cometendo injustiças. Nosso respeito aos bons policiais e a nossa crítica aos policiais que buscam a autopromoção em cima da desgraça alheia.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Permite um aparte, Deputado Belinati?

(Assentimento)

Deputado Belinati, obrigado pela deferência do aparte.

Tenho ouvido da população de Londrina exatamente o que V. Exa. disse. A população não aceitou aquele massacre. Sem entrar no mérito se o Padre estava alcoolizado ou não, se o Padre cometeu ilícitos ou não, mas acorren- tar uma pessoa nua e chamar a imprensa para que ganhe destaque nacional é humilhar uma pessoa que tem uma história de vida, uma pessoa que fez o bem. Ele cometeu um erro, cometeu um ilícito, mas a sua história de vida não merece, evidentemente, ser acorren- tado pelo pé.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Ninguém merece, independente de ser Padre ou não!

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Independente de ser Padre, o ser humano não é animal. Esse é um ato grotesco! Não é possível que a imprensa se valha de uma mídia que lhe dê maior ibope por conta de uma situação dessas, porque essa é uma humilhação que atinge a todos nós seres humanos. Foi atingido o Padre, foi atingida a sua família, mas foi realmente um ato de abuso policial. Evidentemente, penso que o Padre tem, sim, o direito de recorrer e ser indenizado por esses abusos. Se ele estava alcoolizado, pena; se ele estava cometendo ilícito, pena justa. Agora, não massacre popular, massacre da opinião pública.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado, nobre Deputado Neivo Beraldin.

Lembrando que o Padre Silvio Andrei é uma figura muito querida, tanto em Londrina como em São Paulo. Hoje, ele é titular de uma Paróquia em São Paulo e tinha programa, inclusive, na TV Canção Nova.

O Jornal Metrôpole: *Seleção de Dunga arranca sorrisos e lágrimas dos torcedores*. As lágrimas foram de

emoção. A Gazeta do Paraná, do meu amigo Marcos Formighieri: *Ministros orientam Lula para vetar o reajuste dos aposentados*. E a Oposição se prepara. O jornal Trovão Azul: *O Pessuti precisa responder rapidamente*. O Jornal do Oeste, da Cidade do meu amigo Duílio Genari e do Elton Welter. Duílio Genari está todo bonitão aqui na foto. Está aqui: *Em pouco tempo, trincheira da Maripá. Prefeitura repassa mais 1 milhão e meio para obra*. O Prefeito José Carlos Schiavinato e o Deputado Duílio Genari, que é uma figura querida, por quem tenho o maior respeito, é um grande defensor, trabalhador pelo povo do Paraná, em especial por Toledo e todo Oeste do Paraná. Aí mostra, também, o outro lado da violência aqui no Paraná no Jornal do Oeste: *Cascavel registra mais de 20 casos por mês de violência sexual*. Isso abusos que são denunciados, mas quantas pessoas se calam quando sofrem abuso sexual?

Está aqui a manchete do jornal O Estado do Paraná, Dr. Paulo Pimentel, minha amiga Betinha: *Aliança com PP divide tucanos*. E a Gazeta do Povo: *Lula vai vetar o fim do fator previdenciário*.

Para quem sabe, eles estão querendo acabar com a aposentadoria, por tempo de serviço. Então, a pessoa terá que ter uma idade x, para poder se aposentar. Mas para quem pagou? A Previdência Social não é uma contribuição?

Deputado Anibelli, V. Exa. conhece o meu irmão que é Desembargador em Brasília, começou a pagar a Previdência para os seus filhos, quando ainda garotos. A pessoa contribui 50 anos para Previdência, outros 30 anos, alguns 20 anos. Acho que esse problema de idade não está correto. Se a pessoa pagou e o empregador recolheu para a Previdência Social, não tem nada que alterar isso. Acho que os Ministros deveriam ponderar com o Lula. Inclusive, porque é ano de eleição e se ele “tacar uma ferrada” nos aposentados - parecer que ele está encaminhado para fazer isso - isso pode pesar em cima da candidata deles. Se a oposição jogar com a habilidade de explorar isso, não tenho dúvida que vai ter aposentado que vai ficar magoado. A pessoa está para se aposentar e de repente mudam a lei, está errado. Acho que a aposentada e o aposentado merecem respeito.

O jornal o Paraná *FERROESTE não paga*. Justiça manda devolver as locomotivas. Porque a FERROESTE comprou e não pagou. A dívida chega a um milhão. Vão ter que devolver os vagões.

Conversamos com o eterno Deputado José Lázaro, antigo Presidente da FATAEP, pessoa querida, que chegou a ser Deputado nesta Casa, eleito pelos trabalhadores rurais, figura humana e querida. Ele estava me lembrando que hoje, dia 25 de maio, é o consagrado Dia do Trabalhador Rural. Por quê? Porque nesta mesma data, em 1962, um gaúcho chamado Fernando Ferrari, deu uma grande contribuição, o principal cabeça na elaboração do estatuto do trabalhador rural. Ele foi até candidato à Vice-Presidente da República, na eleição que o João Goulart

foi eleito Vice do Jânio Quadros. Naquela eleição, o povo podia votar em um Presidente de um partido e em um Vice de outro partido. Não é como hoje, que se vota em um Presidente e já está embutido o Vice junto. É a mesma coisa para Governador e para Prefeito.

Naquela época quem foi eleito foi o João Goulart. O Fernando Ferrari, pela sua história e a própria FETAEP, comandada pelo José Dumont fizeram um grande trabalho, para que esse dia, que é o dia da morte desse grande brasileiro, o bom gaúcho Fernando Ferrari, fosse instituído o Dia do Trabalhador Rural.

Dizer que o nosso gabinete está sempre à disposição. Quem tiver qualquer problema pode nos encaminhar e-mails, porque encaminharemos os assuntos para as autoridades ou vamos trazê-los aqui para a tribuna desta Casa. Tendo recebido muito e-mail de funcionário público cobrando, se o Governador Pessuti vai ou não pagar os 5% de aumento para o servidor público do Paraná. É um desrespeito se não for pago esses 5% de aumento. Volto a repetir que é uma porcaria de aumento.

Mas infelizmente, o servidor público, com o próprio pessoal do SindiSaúde, que reivindica a jornada de trabalho de 30 horas, a Polícia Civil que reivindica o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, a Polícia Militar, a PEC para implantação do subsídio. E o servidor que ganha tão mal teve um aumento mixuruca de apenas 5%. Onde está a previsão orçamentária para pagar esse aumento pequeno, Deputada Rosane Ferreira? Siga em frente sempre porque a pior coisa que tem é o retrocesso. Mas, a nossa luta é no sentido de que o Governo num ato de respeito, de dignidade que tem direito o servidor público implante esses 5%. É muito pouco, mas é melhor do que nada. É um absurdo, já vai sair esta semana o pagamento para os servidores públicos e até agora não se sabe. Tudo indica que eles vão ficar chupando o dedo, vão ser mais uma vez preteridos numa atitude desumana e desrespeitosa porque se foi votado nesta Casa, para dar um aumento de 5%, mesmo sendo pouco, teria que ser dado este aumento.

E para terminar, Presidente, morreu aqui em Curitiba, Eliana Aparecida dos Santos, 32 anos. Ela é mais uma vítima desse maldito gás que a pessoa instala no banheiro da casa. Ela estava tomando banho na banheira da casa dela e de repente inalou o gás monóxido de carbono. A pessoa não sente, sente uma coisa gostosa e ali é a morte. Não sente dor, não sente nada. Acho que esta Casa tem que partir para um estudo rigoroso, para proibir em todos os prédios do Paraná porque já morreu muita gente tomando banho ou dormindo com vazamento de gás. Mudar essa lei para alterar o sistema de construção de prédios comerciais e residenciais e para evitar que o gás continue matando.

Acho que temos sim este poder para elaborar um projeto muito sério, muito rigoroso, para fazer com que possamos viver com mais segurança.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Wilson Quinteiro.

### ***Deputado Wilson Quinteiro (PSB)***

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente, Deputado Antonio Anibelli, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que nos acompanham hoje pela TV SINAL, a imprensa que também cobre os trabalhos desta Casa.

Hoje, quero fazer uma referência de um alcance extraordinário de serviços públicos para todo o Estado do Paraná.

Lembro quando tive a oportunidade de chegar a esta Casa, alguém que passou pela universidade, que é a bem da verdade um observador dos serviços públicos prestados pelas universidades do Estado do Paraná, fiz uma indicação como Parlamentar ao Governo do Estado, mas antes tomei o cuidado de verificar a possibilidade de levarmos o desenvolvimento econômico e social a uma região desse Estado. Referia-me naquela oportunidade a UEM, um patrimônio público, cultural, de grande alcance. O objetivo era evidentemente fazer mais uma extensão da universidade da UEM a uma outra região cujo IDH, o desenvolvimento daquela região era muito inferior em relação à região de Maringá. Estou me referindo a parte do Vale do Ivaí. Fui conversar com o nosso Magnífico Reitor quanto à possibilidade de extensão de cursos da UEM para o Vale do Ivaí. E também, de serviços públicos. Já naquele momento verificamos a possibilidade dessa questão. Essa indicação foi feita aqui neste plenário, aprovada por todos os Parlamentares. E nós agora contemplamos com o Governador Orlando Pessuti uma realização da extensão da UEM ao Vale do Ivaí.

Ivaiporã é a Cidade contemplada. Três cursos de início. Mas quando pensamos em Ivaiporã, da nossa indicação, era no sentido de contemplar outros Municípios também do Vale do Ivaí, como de fato serão contemplados, mas não apenas com os cursos superiores prestados pela UEM, mas os serviços e aí eu me refiro a alguns Municípios, desde Engenheiro Beltrão, ao Município de Quinta do Sol, Fênix, Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul, São João e São Pedro do Ivaí, Lunardelli, Godoy Moreira, Bonsucesso, são Municípios que serão também beneficiados pela extensão da UEM.

Mas quais seriam os serviços? Nós, por exemplo, temos na região uma grande dificuldade na área da Saúde. O Deputado Accorsi presta um relevante serviço como Deputado daquela região e tem beneficiado e atendido pessoas nesta área. Mas precisamos entender que é preciso termos hospitais que possamos contemplar aqueles cidadãos, daquelas regiões, lá e para isso a extensão pode levar, da UEM, uma extensão do Hospital Universitário, desafogando o HU de Maringá no atendimento. E este é um dos objetivos, desdobrar, levar médicos, residentes, enfermeiros, farmacêuticos, bioquímicos, isso na

área da Saúde. Mas também podemos levar de outras áreas, podemos contemplar também na área Judiciária, desdobramento dessa questão das Comarcas, com advogados, estagiários, ou biólogos, uma região que tem um potencial turístico grande, agricultura, agronomia, zootecnia, enfim, um modelo muito bom para o Estado do Paraná.

E não é só. Se podemos fazer a extensão da UEM para esta região, podemos pensar também das outras universidades, como a UEL que está em Londrina, e que tem prestado pelo Estado do Paraná grande serviço; a Unioeste, a própria Federal do Paraná que já contempla o litoral do Estado.

Então, temos que buscar nesses patrimônios e compartilhar com aqueles que ainda não tem acesso a este serviço.

Hoje o Paraná tem um modelo, um modelo de educação na área estadual, universidades do Estado que prestam serviços educacionais de forma gratuita e aí devo fazer um registro, um registro relacionado a importância de um ato, de um Governo no passado que deu a condição de gratuidade das escolas públicas do Paraná a nível superior.

Quero me referir ao ex-Governador Álvaro Dias, Senador Álvaro Dias...

(**Término do tempo**)

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV***

... e com isso percebemos que a universidade tem beneficiado em muito estas circunstâncias no Estado do Paraná.

Agora, para isto precisamos ter esses gestos, o gesto do Governo do Estado, o gestos dos Reitores dessas universidades para que possamos fazer essas extensões.

E eu estou aqui nesta tribuna, no exercício desse mandato, a realmente contribuir neste aspecto para que o Paraná possa dar exemplo para o Brasil em relação a tudo isso que faço referência.

Nós temos nas universidades editoras, nós temos nas universidades plantio, temos desenvolvimento da questão genética em várias raças, por exemplo, de cavalos, de gado, temos dado a oportunidade do desenvolvimento da botânica. Hoje verificamos o aspecto ambiental como algo importantíssimo, uma legislação que contempla a proteção ambiental - eu pergunto - por que não buscar estas informações na universidade?

Um outro assunto que me chama muito a atenção é a questão dos pequenos agricultores do Paraná - um Estado eminentemente agrícola, há uma preocupação muito grande do desenvolvimento econômico deste Estado, pessoas que têm pequenas propriedades e aí quero me referir à reserva legal que há hoje uma discussão muito grande no Estado quanto à competência, desdobramento da competência federal para estadual para

que possamos verificar essas amarrações do espaço de terra que será consumida para isso.

Temos que ter a responsabilidade ambiental, porém precisamos preservar as pequenas propriedades rurais do Paraná, faço este outro registro.

Algo que ontem me chamou muitíssimo atenção e aí quero chamar a atenção dos nossos Deputados e Deputadas para este assunto muito relevante: ontem aqui em Curitiba nós tivemos a referência, o modelo e a implantação do Observatório Social. Encontrei lá também a Deputada Cida Borghetti, Deputada Rosane Ferreira se pronunciou a respeito do Observatório Social, outros Parlamentares também lá estavam. E o que é esse instituto? Eu ouvia, Deputada Rosane, o seu pronunciamento ontem e fiquei pensando, refletindo, naquele momento vários segmentos aqui do Paraná, de Curitiba, a Associação Comercial, tínhamos segmentos de várias áreas que me levou a uma profunda reflexão. Eu não me pronunciei lá na ocasião, mas pensei: - quando nós avaliamos, Deputada Rosane, grandes pensadores, mergulhei naquela questão e fiquei imaginando Montesquieu, a tripartição dos poderes.

Nós sabemos que este modelo da tripartição dos modelos, Judiciário, Legislativo e Executivo é um modelo que temos adotado na nossa Nação. Mas temos percebido que este modelo não mais atende as nossas necessidades e exigências aqui do Brasil. Por qual razão? Não atende pelo seguinte: nós percebemos que a sociedade organizada precisa se levantar para participar dos acontecimentos. Por isso estamos vendo o Observatório Social, uma organização que nasceu em Maringá e há alguns dias atrás os cinco Deputados de Maringá, Dr. Batista, Enio Verri, a Cida, eu, apresentamos um projeto para que fosse caracterizada e declarado de utilidade pública o observatório de Maringá. Com qual objetivo? Lá em Maringá deu exemplo, demonstrou que gastos públicos têm que ser evidenciados, acompanhados, precisamos da sociedade participando nos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, para que tudo isso seja beneficiado.

Concedo aparte à Deputada Cida Borghetti.

#### **A Sra. Cida Borghetti (PP)**

Quero parabenizá-lo, Deputado Wilson Quintero, que compõe a bancada de Maringá na Assembleia Legislativa, e como o senhor bem colocou aqui, principalmente o trabalho voluntário do Observatório Social que, criado na nossa Cidade de Maringá, através da representação da sociedade organizada, há cinco anos atrás começamos este estudo. V. Exa. lembra, os Deputados Enio Verri, Dr. Batista, Nishimori, Ricardo Barros que trouxe a nós este novo modelo da participação efetiva da população no trato da coisa pública. E pudemos aqui, com V. Exa. como autor do projeto de lei, de utilidade pública da SER, que é a Sociedade Eticamente Responsável, premiada também que foi, e o Observatório Social foi premiado pela ONU há poucos meses atrás por esse trabalho

importante para a transparência efetiva do Poder Público. Apresentamos aqui a indicação, no mês de abril, para que a presidência da Casa firmasse um convênio com o Observatório Social do Brasil para abrir as portas desta Casa e convidar o Observatório Social para que venha ajudar, principalmente neste momento que vivemos na Casa do povo do Paraná.

Ontem à noite V. Exa. se colocou bem quando recebemos o Dr. Eduardo Araújo, Presidente Nacional do Observatório Social, também maringaense, juntamente com a Deputada Rosane, com o Deputado Ricardo, os Vereadores de Curitiba também á estiveram, Dr. Anderson Furlan, que é o nosso Presidente da Associação do Judiciário Federal, que também é maringaense e comunga portanto com estas ideias.

Quero parabenizá-lo na tarde de hoje, por seu pronunciamento importante e oportuno neste momento.

#### **O SR. WILSON QUINTERO (PSB)**

Muito obrigado, Deputada Cida Borghetti. Isso me faz lembrar da importância dos observatórios, como complemento de acompanhamento de toda a gestão pública. Começo a pensar: qual deve ser o comportamento do gestor público? Será que devemos ter uma mudança nesta questão? Será que o gestor público deve ter um outro comportamento diante das mudanças? Será que o nosso País está evoluindo na questão legislativa? Posso me dirigir e falar com bastante tranquilidade a respeito do assunto.

A mudança é notória, temos hoje uma legislação que contempla uma nova mudança de comportamento no sistema de gestão pública. Quero me referir à Lei de Improbidade Administrativa. Essa lei é de alto alcance. Quero me referir também a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao Estatuto da Cidade, que dá uma outra conotação de gestão de administrador, principalmente àquele que está no Executivo, mas também àqueles que presidem as Assembleias Legislativas, o Senado da República, a Câmara dos Deputados Federais, a presidência dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais do Trabalho. Enfim, uma legislação que alcança todos os gestores.

Essa Lei de Improbidade Administrativa - atente bem para isso - estabelece uma responsabilidade absoluta ao gestor. Portanto, se o gestor escolhe muitas vezes mal aquele que está a cumprir determinadas delegações, a responsabilidade pode ser solidária. Aí uma grande preocupação, porque estamos vendo Prefeitos respondendo processos justamente por atos de seus Secretários, por exemplo, da Secretaria da Fazenda, respondendo processos de atos que diretamente não praticou. Por consequência, se a responsabilidade solidária, temos que dar um conceito e buscar nesses observatórios o acompanhamento da sociedade, dos atos da administração, de uma maneira diferenciada, daí precisa a grandeza do gestor no sentido de permitir que possa ter um novo conceito, e

nesse conceito precisamos evidenciar as responsabilidades.

Faça uma recomendação por ser advogado, pela minha função e minha profissão há muitos anos. Dentro desse conceito que tenho da atividade de advogado, advogo muito nessa questão pública para que as pessoas pensem na grande oportunidade de instaurarmos um processo de mudança de conceitos do País, nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias, no Senado, na Câmara, nas Prefeituras, nos Tribunais, onde esses observatórios, a sociedade reunida, quebrando o paradigma da tripartição dos Poderes exclusivamente, ainda que existam as suas corregedorias para que possamos ter um acompanhamento, uma mudança, uma transparência, como está acontecendo nesta Casa, para o melhor de todos, para o bom uso do dinheiro público, para o desenvolvimento socioeconômico, para que todos possamos ter orgulho de sermos cidadãos brasileiros, de exercer mandato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedo a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

### ***Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa que também prestigia e trabalha aqui nesta tarde e um cumprimento especial às pessoas que nos acompanham através desta ferramenta importante aqui da Assembleia Legislativa, que é a TV SINAL, que leva à casa dos paranaenses o trabalho ao vivo dos Deputados do Paraná.

Estou usando o Pequeno Expediente para fazer uma justificativa. Na verdade, um pedido, que sei também nem precisaria fazer, porque tenho acompanhado, todos os Deputados têm votado favoravelmente aos projetos de utilidade pública. E pode parecer que são projetos simples, mas não são. São projetos importantes para instituições importantes e de uma envergadura social tamanha na ajuda das pessoas, principalmente as que mais precisam.

Dentre estes projetos que temos apresentado, projetos de utilidade pública, estou protocolando hoje na Casa o projeto de lei que declara de utilidade pública a associação Sou Arte de Campo Mourão. Faço questão de relatar: *A Associação Sou Arte de Campo Mourão, fundada aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco (10/04/05), contando, pois, com aproximadamente 05 (cinco) anos de existência, vem desenvolvendo constante trabalho na prestação de assistências beneficentes e culturais aos seus associados e artistas em geral, além de realização de cursos, palestras, projetos, espetáculos, etc.*

*Trata-se de uma Associação, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 11189780/0001-86, e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por Lei, como entidade*

*de utilidade pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das senhoras e senhores Deputados da Assembleia Legislativa.*

Peço a aprovação das Sras. e Srs. Deputados, sei que não precisaria pedir, tamanha é a sensibilidade dos Deputados desta Casa para com projetos desta natureza. Esta Associação Sou Arte de Campo Mourão, presidida maravilhosamente pela

(Lê):

*Presidente: Raquel Aparecida da Cruz; Vice-Presidente: Daniela Oliveira Caria; 1º Secretário: Fabio dos Santos Batista; 2º Secretário Marcos Tagliati; 1º Tesoureiro: Alex San'tana Theófilo de Almeida; 2º Tesoureiro: Julieta Cecilia Brito de Lima; Conselho Fiscal: Viviane Lima Ananias; Conselho Fiscal: Samantha de Andrade Rodrigues; Conselho Fiscal: Maurício Pozza Rodrigues; Suplente: Eluano Leal da Silva; Suplente: Carlos Eduardo de Paula; Suplente: Paula Marcos Melmechen;*

Porque estou fazendo este registro? Justamente pela capacidade desta Associação Sou Arte de Campo Mourão, não só em Campo Mourão, na questão cultural, principalmente, de cursos, de fazer com que as pessoas abram suas mentes a participar mais de capacitação, principalmente na área cultural.

Então, deixo nosso registro de pedido de apoio. Estamos protocolando hoje este projeto e pedir agilidade no trâmite deste projeto, para que pudesse ser aprovado rapidamente pelas comissões por quais ele vai tramitar. Tenho certeza que logo será aprovado e virá a Plenário. E aqui no Plenário todos os Deputados votarão favoravelmente.

É um projeto importante não só para Campo Mourão, mas para toda a região da COMCAM e para o Paraná, porque esta entidade, que é a Associação Sou Arte de Campo Mourão realiza palestras, cursos, capacitação de pessoas em todo o Estado do Paraná e também pessoas de outros Estados, que vêm participar dos cursos aqui no Paraná.

Então, quero deixar este registro. É um registro aparentemente simples, mas muito importante que essa entidade seja transformada em utilidade pública. E tem uma grande incentivadora, uma pessoa que faz um trabalho brilhante neste projeto, que é a Edilaine Maria de Castro, que eu gostaria de deixar aqui registrado. Está feito o registro. Agradeço a atenção dos Srs. Deputados. Tenho certeza que sendo apoiado e aprovado este projeto, vai ser bom para o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta Sessão, Presidente Antonio Anibelli, são dois assuntos. O primeiro refere-se à Segurança Pública no Estado do Paraná. É claro, é lógico e óbvio que a população do Paraná já sabe agora que o atual Governador Orlando Pessuti, quando assumiu a Administração do Estado do Paraná, tem trocado o Secretário da Segurança Pública e o Coronel Serpa, que é o titular dessa pasta, fez o contrário do que fazia o ex-Secretário Delazari, ele admitiu, o atual Secretário da Segurança Pública, que o efetivo da Polícia Militar no Estado do Paraná é formado por 17 mil homens, quando na verdade a lei que aprovamos aqui na Casa estabelece e fixa um número em quase 22 mil homens na Polícia Militar entre Oficiais e Praças. Mas, desses 17 mil homens que hoje estão na Polícia Militar, temos que considerar que 4 mil estão no Corpo de Bombeiros, que 600 estão na Força Verde e que 600 estão na Polícia Rodoviária. Assim, temos algo em torno de apenas 12 mil policiais na Corporação da Polícia Militar, uma defasagem de quase 5 mil homens.

E o ex-Governador do Estado do Paraná tem anunciado e foi realizado um concurso para a Polícia Militar e também para a Polícia Civil. No início foi anunciado que 1 mil e 100 homens seriam contratados para a Polícia Militar, para fazer o trabalho na rua, o patrulhamento. Agora no “mãos limpas”, a reunião que o atual Governador tem realizado em todas as segundas-feiras, ao menos no site do Governo do Estado diz, na Agência de Notícias, que são 1 mil e 300 homens, que serão incorporados na Polícia Militar para fazer o trabalho de patrulhamento.

Ora, mas quando é que esses homens vão chegar às ruas? Foi feito o concurso, que mostrou os aprovados. Quando a pessoa é aprovada no concurso da Polícia Militar é lógico e óbvio que tem que fazer a escola, que exige no mínimo 1 mil horas/aula, seja aqui no Guatupê ou em um outro Batalhão, que é o que o atual Governador está determinando, que os futuros policiais poderão fazer a escola também nos Batalhões das suas regiões. Mas, são 1 mil horas/aula e se fizermos um cálculo rapidamente vamos chegar à conclusão de que dificilmente esses homens que fizeram o concurso público vão ser contratados ou vão trabalhar nas ruas do nosso Estado neste Governo. provavelmente todos serão contratados no final do ano ou no próximo ano e aí fazemos uma pergunta: se hoje temos 17 mil homens na Polícia Militar, quantos policiais irão se aposentar ou irão para reserva, pessoas que irão sair da Corporação? Com toda certeza este ano serão centenas de policiais. Então, esses policiais que serão contratados nesse concurso que foi realizado pela Polícia Militar vão fazer apenas uma reposição daqueles que vão sair. Aliás, disse muito bem o novo Secretário da Segurança Pública, numa das entrevistas que ele deu, não sei se foi na rádio ou em um dos jornais, quando ele foi perguntado...

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Deputado Elio Rusch, desculpe lhe interromper, mas V. Exa. entra no horário do DEM...

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Eu uso o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Então, V. Exa. está inscrito. V. Exa. tem mais 15 minutos.

### ***Passa a usar o horário do Grande Expediente***

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço nosso Presidente Antonio Anibelli.

Quero dizer que o próprio Secretário da Segurança Pública, o Coronel Serpa, ele tem admitido, e foram palavras dele, não são palavras minhas, quando ele foi indagado sobre certa pergunta ele respondeu: “Policiais que estão em órgãos de apoio em outras atividades.” Isso que nós também já denunciávamos aqui na Casa há muito tempo, policiais que estão fora da sua função, na função administrativa, ou mesmo em outros órgãos, foi reprisado e dito pelo próprio Secretário da Segurança Pública. Ele disse mais: “Teríamos que incluir numa média de dois a três anos mais 10 mil policiais”. Ora, está correto o Coronel Serpa, em que ponto? Se temos hoje uma defasagem aproximadamente 5 mil homens, daqui a dois a três anos haverão centenas, ou milhares de policiais que vão se aposentar e vão sair da Corporação.

Então, há necessidade sim de se abrir imediatamente um novo concurso para policial militar. E ele mesmo disse num trecho da sua entrevista: “Isso não é possível no momento, pois implicaríamos no orçamento do Estado, na lei de responsabilidade fiscal e no limite da folha de pagamento. Terá que fazer um planejamento, buscar parceria com os Municípios, buscar policiais que estão em outras atividades, até administrativas, para colocar nas ruas. E já estamos fazendo isso. Na Secretaria temos diversos policiais fazendo serviços administrativos e já encaminhamos para os quartéis. Estamos enxugando, reduzindo, para que possamos ter o maior número de policiais possíveis fazendo serviço operacional e um grande serviço de inteligência está sendo implantado.”

Num outro trecho o próprio Secretário disse que o problema da Segurança Pública não seria de viaturas e nem tanto de armamento, mas ele confirmou numa das entrevistas que ele deu, disse que o problema da Segurança Pública é falta de homens, falta de gente, falta de policiais na rua. E isso foi comprovado, aliás, isso nós indagamos. O próprio ex-Secretário da Segurança Pública quando esteve aqui no Plenário da Assembleia Legislativa, quando nós falamos quantos policiais tem, e o Deputado Douglas Fabrício que entrou com o requerimento, pedido de informações pedindo quantos homens tinham hoje na Corporação entre Oficiais e Praças na

Polícia Militar que não foi respondido. Ele foi obrigado a buscar essas informações, entrou com uma ação na Justiça, que ele ganhou a liminar, só que não respondemos ainda, não tivemos a resposta, Deputado Felipe Lucas. Quer dizer, quantos policiais então tem efetivamente?

E agora foi confirmado pelo Secretário da Segurança Pública que o problema se resume aos homens, falta de pessoas. E como é que você vai contratar essas pessoas? Abrir concurso, fazer com que as pessoas possam fazer a escola, sejam contratados e sejam deslocados para as mais diversas regiões do nosso Estado. No Oeste falta gente? No Norte falta? No Sul falta? No Centro falta? Falta. Na Capital falta? Falta. Falta policiais em todas as regiões do Estado do Paraná. É fácil de fazer um cálculo, de 22 mil homens você tem apenas 17. Qual é o número de pessoas que falta? Qual é o percentual que está preenchido de acordo com a lei que nós temos no Estado do Paraná? Agora como disse o Governador Orlando Pessuti, tem dito que eles vão contratar.

Então, ao invés de 1 mil e 100 são 1 mil e 300 policiais militares; 400 bombeiros, embora anteriormente era 600 homens para o Corpo de Bombeiros; 500 policiais civis; 16 delegados; 18 médicos e enfermeiros para o Hospital Militar. Isso ameniza? Ameniza um pouco, mas não resolve o problema.

Não somos ingênuos de dizer que a Segurança Pública é apenas um problema do Estado do Paraná. A Segurança Pública é um problema que existe hoje, em nível nacional, em todos os Estados, mas o Governo ao menos tem que dar a sua parte que a sociedade sinta-se segura, ou deve sentir-se segura quando o Governo puder anunciar que mais homens serão contratados para a nossa Polícia Militar.

Então, gostaria que o novo Secretário da Segurança Pública, que falou tanto na imprensa, dando entrevistas nas rádios, nos jornais aqui da Capital, e as notícias que têm saído por meio da Secretaria da Segurança Pública e que estão expostas no site do Governo do Estado e na Agência de Notícias possam ser concretizadas.

Poderíamos falar muito mais sobre Segurança Pública, mas gostaria de enfocar um outro assunto.

#### **O Sr. Felipe Lucas (PPS)**

Permite um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Elio Rusch, obrigado pelo aparte. Quero agradecer, em nome do Paraná, pelo seu pronunciamento. De fato o Estado do Paraná é muito importante, assim como todos os outros da Federação, mas é muito importante o número de pessoas. Isto é indiscutível. Nós vemos, hoje, uma Cidade que é noticiada praticamente todo mês, todo ano, que é Nova Iorque. É uma Cidade muito grande, que tinha uma situação muito difícil na Segurança Pública, e com o policiamento ostensivo, com a quantidade de policiais na rua, com as pessoas bem

qualificadas, hoje é considerada pela imprensa como uma grande Cidade do mundo. Então, da mesma forma o Paraná. É muito importante, muito louvável o seu pronunciamento.

Esperamos que o nosso Secretário da Segurança, tenha um bom entrosamento e que venha, se possível, à Assembleia Legislativa para que coloque aqui como será seu plano de Governo, seu plano na Secretaria da Segurança.

Muito obrigado pelo seu aparte.

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Obrigado, Deputado Felipe Lucas, pela sua participação. A preocupação que V. Exa. tem em toda a sua região de Irati e em todo Sul do nosso Estado é a preocupação que acredito que todos os Deputados sentem, seja da Capital, seja do Norte, seja do Oeste do Estado. Eu que sou do Oeste sinto essa preocupação, assim como outros Deputados do Oeste do Paraná sentem na pele aquilo que somos cobrados diariamente ou semanalmente, quando nos dirigimos para as nossas regiões, por meio das nossas lideranças políticas, como também das outras lideranças comunitárias, quer dizer, uma maior atenção por parte do Governo na questão da Segurança Pública.

A nossa região é lindeira, vem desde Guaíra até Foz do Iguaçu, e o lago de Itaipu facilita levar do Brasil para o Paraguai os objetos furtados, a entrada das drogas e armamentos que vêm de outros Países, como também no Estado do Mato Grosso, que é divisa seca. Já tenho me manifestado por inúmeras vezes, nesta tribuna, sobre a questão da Segurança Pública.

Deputado Rafael Greca, a Segurança Pública é uma questão da própria comunidade e não só do Governo do Estado, mas quando falamos das divisas tem que entrar o Governo Federal. Instalou-se a Operação Fronteira aqui em Guaíra, mas algum resultado tem surtido? Alguma coisa sim, mas as pessoas se deslocam para outras regiões do nosso Estado e do nosso País. Quer dizer, o Governo tem que investir cada vez mais.

Não adianta fazer de conta, tem que fazer isso que o novo Secretário da Segurança Pública, Coronel Serpa, diz: “Falta de gente, falta de homens”. E o que precisa? Uma determinação política e vontade administrava do Governo do Estado de dizer: “Olha, precisamos contratar mais, vamos contratar mais gente.” Esse tem que ser um compromisso dos nossos futuros Governadores, dos nossos pré-candidatos Governador, de assumirem isso com a comunidade, de a sociedade, ao menos, sentir-se mais segura. Como é que sente-se segura? Quando o policial está na rua caminhando, andando de motocicleta, ou de carro, ou a cavalo, ou mesmo a pé. Em muitas Cidades vemos os policiais andando a pé. Temos alguns Municípios da nossa região que têm um, ou dois, ou três ou quatro policiais. Como eles vão fazer o seu serviço, de que forma e de que jeito?

Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Acho que a questão da fronteira tem que ser assumida pelo Governo Federal. Tem que ser assumida por um Batalhão de Fronteira do Exército da Marinha e, se possível, até de Aeronáutica, pelo Governo Federal. Quando vemos aquela cena na cabeceira da Ponte de Itaipu, onde os contrabandistas jogam fardos de contrabando - falo ponte de Itaipu porque é na frente da ilha de Itaipu, que é a ilha que marca exatamente a Ponte da Amizade - ficamos imaginando por quê não poderia haver um quartel do Exército na cabeceira da ponte. O exército poderia fazer ginástica, na hora que jogam o fardo de contrabando, com seus Soldados já treinando, seguram o fardo e aparam. Poderia haver ali um grande centro de ginástica do Exército Nacional, segurando fardos de contrabando. Não se consegue entender que se é dever da Marinha e do Exército cuidar das fronteiras, por que eles não assumem a fronteira como deveria ser? O Governador criou um Batalhão de Fronteira, mas me parece que não é suficiente.

Com relação à Polícia ainda, chamo a atenção da Casa para o despreparo de uma parte dela. O Paraná viu com tristeza o episódio do Padre Silvio Andrei, não nesse domingo de Pentecostes, mas no anterior. O Padre pode ter errado ao dirigir alterado, porque disse o seu advogado que ele misturou remédio com bebida alcoólica. Mas a Polícia errou também, ao fotografar um preso sob custódia do Estado, algemado e sem roupa e colocar isso na internet, à disposição dos blogs. A sociedade não pode torturar e muito menos torturar moralmente as pessoas postas sob custódia do Estado. Manifestar a minha apreensão e preocupação.

Temos que nos reportar à Bíblia. O livro dos Gênesis, no seu capítulo IX, no seu versículo 20 a 23 ou a 24, senão me engano, fala que Noé, depois do Dilúvio plantou uma vinha, da vinha fez o vinho e tendo bebido o vinho ficou embriagado e ser pôs nu e foi surpreendido por seus filhos. Imaginem se o pobre patriarca Noé estivesse no Paraná, teriam tirado o retrato dele e posto na internet.

**O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Agradeço, Deputado Rafael Greca, pelo seu aparte. V. Exa. que é um profundo conhecedor da vida e Administração Pública, pois foi Prefeito em Curitiba, Deputado Federal, Secretário de Estado e Ministro, um homem respeitado, culto, que acima de tudo mostrou efetivamente o seu conhecimento religioso, quando recorre ao livro sagrado, à Bíblia e traz para nós alguns versículos, nos lembrando o que tem acontecido bem antes da época dos romanos.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

O Noé é do Dilúvio, de quando a América separou-se da África, quando morreram os dinossauros. O Noé é velho e estava nu. Deus tendo feito o Dilúvio, viu que a humanidade não tinha jeito, porque aquele a quem

ele confiou a redenção da humanidade, para comemorar que escapou do dilúvio ficou bêbado e ficou nu.

**O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Por esta razão que digo que V. Exa. é um homem culto, inteligente, e acima de tudo mostra também a sua parte religiosa no momento que pede aparte a este Parlamentar.

No horário da liderança volto com outro tema para ser tratado também que acho importante. Agradeço Srs. Deputados, ao Sr. Presidente e esperando que novo Governador e os futuros Governos do Estado do Paraná possam dar uma atenção melhor à Segurança Pública.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Próximo orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

***Deputado Péricles de Mello (PT)*****O SR. PÉRICLES DE MELLO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente o Deputado Elio Rusch e percebemos quanto a nossa realidade é complexa, difícil. O Deputado falava sobre a Segurança Pública e hoje pela manhã comandeí uma Audiência Pública sobre o tema Simpósio de Segurança Pública Privada, promovida pela Federação dos Vigilantes do Paraná e Sindicatos de Vigilantes de Curitiba e Região.

Um audiência da qual participaram várias autoridades, representantes da sociedade civil paranaense, sindicatos. Esteve presente o Coronel Ariovaldo Alves Nery Junior, que é Diretor do Departamento de Promoção da Defesa Comunitária da Secretaria Municipal da Defesa Social, representando o Prefeito Luciano Ducci; esteve presente o Sr. Junior Emerson Zarur, Coordenador dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Paraná, representando o nosso Secretário Coronel Aramis Linhares Serpa; também o Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura; João Soares, Presidente da Federação dos Vigilantes do Estado do Paraná e do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região; Wilson Ferreira Bonfim, Chefe em exercício da Delegacia de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal; Sr. Otávio Dias, Presidente do Sindicato dos Bancários do Paraná; Sr. Sandro Maurício Smaniotto, Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança do Paraná; várias representações sindicais e outras autoridades.

O tema é extremamente complexo. Interessante, isso demonstra que na prática a teoria é outra. Quando vamos discutir no concreto a realidade brasileira, a carência é enorme diante dos problemas da nossa sociedade. Mas, a Audiência da qual participei, o tema é muito complexo. A principal denúncia é o chamado “bico” feito pelo policial militar. Uma série de reportagens no jornal

A Gazeta do Povo, onde comerciantes denunciavam que para preservar a segurança do seu estabelecimento, acabam tendo que pagar um salário mensal ou para o marginal ou para o policial militar.

Existiu uma série de gravações, um jornalista da Gazeta esteve lá, fez uma longa palestra sobre a sua experiência e a matéria que publicou e também uma série de gravações que mostram viaturas da polícia, ao invés de estarem nas ruas, fazendo a segurança da nossa população, elas acabam prestando serviços para empresas. Isso tudo foi filmado, policiais militares explicando que pelo baixo salário que recebem, se obrigam para sobreviver com mais dignidade a prestar serviços extras para empresas clandestinas, porque para uma empresa regularizada o militar não pode prestar serviço.

Então, este fato facilita que haja uma espécie de explosão de empresas clandestinas, este fato leva que Estados como o Rio de Janeiro se construam milícias privadas que acabam agindo, dominando as comunidades, se articulando com o narcotráfico, com a violência como se fossem bandidos, ou seja, o policial acaba por este viés, dependendo das circunstâncias, avançando nessa senda acaba se confundindo com o delinquente, porque trabalha na mesma penumbra, na mesma lógica, extorquindo comerciantes e se confundindo - muitos filmes do cinema nacional acabam mostrando esta realidade - mas é um tema complicado e esse tema mostra a complicação nas decisões da audiência. Por exemplo, uma das principais conclusões e diretrizes da audiência que trago a este Plenário é que deve haver uma fiscalização rigorosa tanto da Polícia Militar e da Polícia Civil que impeça de todas as formas que o policial possa fazer segurança clandestina.

Então, alguns sindicalistas, por exemplo, o Sindicato dos Vigilantes pediu que a Assembleia votasse um projeto de lei estabelecendo critérios rígidos de investigação e de punição a policiais militares, sejam Praças, sejam Oficiais que estiverem prestando serviço desta natureza, porque a denúncia também é que Oficiais de alta patente...

(Término do tempo)

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

...acabam comandando e utilizando da sua função, da hierarquia da Polícia para trazer também comandados policiais para junto com ele prestarem serviço de vigilância clandestina, chegando em alguns momentos, alguns casos a cobrar também, extorquir comerciantes para segurança.

Agora, claro, quando você vai a fundo nesta questão já surge a outra contrapartida - é, mas o policial ganha muito pouco, se for feito um projeto de lei que impeça o policial de prestar qualquer serviço extraordinário, qualquer tipo de bico, ele vai ser prejudicado - e

provavelmente se fizermos uma enquete na Polícia Militar, não sei a resposta, muitos policiais poderão ser contra uma lei desta natureza. Vejam a complexidade desta situação - num País em que existe um alto grau de informalidade em todos os setores, ou seja, empresas clandestinas existem também dentro da lógica da economia brasileira, que tem alto grau de formalidade.

Então, percebemos a complexidade da problemática da Segurança Pública.

Mas uma das conclusões da audiência foi então fiscalizar rigorosamente os policiais civis e militares para impedir que ajam desta maneira, foi uma das conclusões.

E outro tema que foi objeto de debate, inclusive tenho uma lei que já dei entrada nesse projeto nesta Casa criando o chamado estímulo operacional. Esta lei me foi sugerida por oficiais da Polícia Militar, para que o policial militar pudesse ter direito, digamos assim, a uma certa quantidade de horas extras, quando fosse necessário, que o comando entendesse, que em determinadas circunstâncias alguns policiais poderiam prestar serviços extras em horários de folga, que não trouxesse graves prejuízos para sua saúde em condições de trabalho, que esses policiais pudessem como outras categorias profissionais prestar, dentro de um certo limite de horas extras, que é chamado estímulo operacional. Uma grande parte dos presentes na audiência concordaram, mas alguns sindicatos foram contra, achando que o que precisa é que o policial tenha um salário digno e que não se submeta a necessidade de prestar horas extras.

Então, vejam o grau de complexidade de audiências deste tipo e nós estamos fazendo uma síntese para encaminhar aos sindicatos, em parceria com o sindicato dos vigilantes para que possamos avançar nessas questões de extraordinária importância para o Paraná e para o Brasil.

Foi sugerido também que se buscasse uma lei para que o sistema financeiro pudesse investir mais em segurança nos bancos, que apoiasse uma lei do Vereador curitibano proibindo a entrada com celular em agência bancária, campanhas educativas para que os empresários não contratassem empresas clandestinas, mas que entendessem a importância de uma empresa regularizada, profissionais habilitados para fazer a segurança das empresas.

Também, projeto de lei no Congresso Nacional que criminaliza empresas clandestinas que haja moção de apelo que o Congresso rapidamente aprove leis desta natureza, que haja um aprofundamento da discussão sobre o PRONASCI, enfim, uma série de questões e eu gostei muito da explanação do representante do Secretário de Segurança onde ele coloca a prioridade que o atual Governo do Paraná estabelece do policiamento comunitário e na parceria com os Conselhos Comunitários de Segurança.

Pertenço a setores que entendem que a questão da Segurança não é só questão da Polícia é acima de tudo uma questão de ação social do Estado para que possa pre-

venir a violência. Eu apenas queria fazer este relato para mostrar a complexidade, a dificuldade que tem uma sociedade desigual com tanta miséria com a sociedade brasileira.

Outro assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fui procurado e Ponta Grossa onde tenho escritório político por vários professores que estão concluindo a primeira etapa do PDE, que é esse Plano de Desenvolvimento Educacional, de educação continuada no Estado do Paraná, elogiado por todos os setores do Governo Requião, em que professores ficam um ano fora da sala de aula estudando nas universidades, discutindo a realidade, fazendo avanços na pedagogia, nos seus conhecimentos. Depois voltam no segundo ano com 25% de carga horária, para fazer um trabalho e uma ação em rede melhorando as condições na escola onde trabalham.

Estes professores entregaram uma carta colocando uma série de razões solicitando ao Governador Orlando Pessuti, que emita uma portaria que atrase a volta dos professores do PDE para o início de agosto. Eles elencaram uma série de problemas que aconteceu no PDE, as ações do PDE sofreram atrasos, interrupções e diversos problemas como a quarentena em virtude da Gripe H1N1, inibindo inclusive o contato dos professores do PDE com os orientadores o que prejudicou o andamento do curso e o cronograma precisou ser revisto.

(Lê):

*Somos professores participantes do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE 2009, o qual tem possibilitado a muitos professores da rede pública estadual de ensino a vivência em um processo de formação continuada de forma presencial e a distância, uma oportunidade ímpar de qualificação profissional. Um programa de tamanha grandeza que oportuniza formação não somente aos professores que participam dos cursos a distância por meio do Grupo de Trabalho em Rede (GTR), nos quais se atualizam indiretamente, pela partilha dos estudos e pesquisas realizadas e pela interação entre professor-tutor e curistas. Um programa como o PDE precisa, a cada ano, ser reestruturado, na intenção de atender às demandas do material humano na adequação de um processo dinâmico de formação continuada aos professores do Paraná.*

*Diante disso, é que vimos por meio desta solicitar de V. Exa. atenção especial para algumas situações, tais como: aos professores egressos no PDE 2009, estava previsto o retorno às escolas de origem no segundo semestre de 2010, data divulgada na aula inaugural, em 13 de maio de 2009; esses professores após aula inaugural permaneceram por algum tempo sem um devido direcionamento por parte da SEED para as atividades que deveriam ser realizadas no Programa; as ações do PDE sofreram atrasos e interrupções devido a diversos problemas, tais como: a quarentena, em virtude da Gripe H1N1, inibindo inclusive o contato dos professores PDE com os orientadores, o que prejudicou o andamento das orientações iniciais, o cronograma precisou*

*ser revisto. Portanto, acumularam-se ações individuais e coletivas; no início do GRT, o Sistema MOODLE, ficou sobrecarregado com a quantidade de acessos e precisou passar por reestruturação o que contribuiu para novamente desequilibrar o cronograma planejado; durante todo o curso, houve algumas pequenas interrupções e mudanças nos direcionamentos; no dia 14 de maio surgiu repentinamente a presença do assessor pedagógico, determinado aos professores PDE, mais uma atividade no ambiente do GTR, a qual demanda maior tempo para o registro dos dados solicitados e os professores PDE, encontram-se no momento de elaboração do material didático pedagógico, e, muitos não tiveram a oportunidade de apresentá-lo na íntegra, aos cursistas do GTR para análise, sugestões, bem como verificar os limites e possibilidade do mesmo, entre outras atribuições.*

*Exmo. Sr. Governador, vimos, portanto, solicitar que V. Exa., reveja o retorno dos professores PDE, de 01 de junho de 2010 para 01 de agosto de 2010.*

*A referida solicitação se justifica por considerarmos que: o retorno em 01 de junho de 2010, é inoportuno ao encaminhamento pedagógico dos estabelecimentos de ensino, uma vez que causará prejuízos aos alunos pela troca de professores em pleno desenvolvimento bimestral; a nova modalidade de ensino - modalidade de blocos, com encerramento semestral, trocar de professor um mês antes do final com certeza causará sérios problemas aos alunos; e a fragilidade da situação dos professores substitutos, com cancelamento de suas aulas e, especialmente o provável prejuízo qualitativo determinado por todas essas mudanças para o aluno, muito nos preocupa.*

*Diante do exposto, contamos com especial atenção de V. Exa. em relação ao retorno do Professor PDE previsto para 01 de junho com uma possibilidade para 01 de agosto de 2010.*

Em função disse estamos entregando esta carta ao Governador Orlando Pessuti, ao seu Chefe de Gabinete e quero conversar com o Governador, brevemente, no sentido de uma solução boa para a Educação paranaense e para os professores do PDE do Estado do Paraná.

Eram estes os assuntos que me trouxeram à tribuna na tarde de hoje, obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

## **Deputada Rosane Ferreira (PV)**

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Subo à tribuna porque hoje, na Ordem do Dia, consta um projeto de nossa autoria, o Projeto de Lei nº 364/09.

Semana passada subi à tribuna e pedi que o nosso projeto viesse a Plenário para discussão e fui atendida pela Mesa, que já de pronto agradeço. Hoje vamos discu-



tir a constitucionalidade do nosso projeto, que veda o licenciamento e/ou sua revalidação para comercialização de medicamentos manipulados por farmácias erva-nárias sem a respectiva bula, nos termos que especifica.

Traduzindo, queremos que os medicamentos manipulados produzidos por farmácias de manipulação e erva-nárias contenham, quando da dispensação ao usuário, a respectiva bula.

Trago aqui um exemplo, temos dois medicamentos. Vou falar aqui da sibutramina. Esse medicamento, moderador de apetite, infelizmente muito usado principalmente por mulheres, é um remédio para emagrecer, quando ele é comprado em farmácia traz uma bula onde tem muita informação, como deveria ter em todo o medicamento.

Gostaria que a TV SINAL mostrasse, o medicamento traz uma série de informações, a diferença é que quando ele é manipulado, o mesmo sal, além de ele ter um preço menor, que atrai uma clientela e as pessoas buscam o medicamento manipulado, ele vem dessa forma (mostra a embalagem). A única informação que traz é: “Manter longe do alcance das crianças. Tomar somente sob prescrição médica e venda com prescrição.”

Nada, nenhuma informação a mais que isso. É o mesmo medicamento. Como é que pode? Há uma incoerência muito grande nessa forma de fazer a comercialização de medicamentos, na verdade, no Brasil como um todo.

Se você compra o mesmo medicamento na farmácia convencional, você tem uma série de informações de efeitos colaterais. No caso da sibutramina são muitos os efeitos colaterais. Se você manipula o mesmo medicamento, com o mesmo sal, não tem informação nenhuma. É como se todos os efeitos colaterais obrigatórios a serem orientados pela ANVISA sumissem.

Então, o nosso projeto tramitou por esta Casa, ele é do dia 3 de agosto de 2009, passou pela CCJ, onde foi muito bem analisado. Temos quatro páginas de relatórios do Ilmo. Deputado Ademar Traiano - pelo qual já agradeço - com o parecer favorável; depois passou pela Comissão de Indústria, onde foi relatado pelo Deputado Litro, também com parecer favorável; depois pela Comissão de Saúde Pública, hoje sob a presidência do Deputado Ney Leprevost, onde foi relatado pelo Deputado Tadeu Veneri, também com parecer favorável.

Gostaria de pedir a atenção para o nosso projeto e a aprovação. Essa é a nossa função: tentar prevenir riscos, fazer proteger a vida das pessoas, cuidar do povo do Paraná.

Muito obrigado.

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedemos a palavra, no Grande Expediente, ao segundo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, telespectadores da nossa TV SINAL, que é transmitida por todo o Estado do Paraná; quero começar por onde terminou o Deputado Rafael Greca de Macedo.

O Deputado Rafael Greca de Macedo disse, ao final da sua locução, que Noé bebeu vinho - era santo - e ficou pelado. E deu confusão. Eu não sabia disso, porque não sou desta leitura.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Livro do Gênesis, capítulo IV, versículos 20 e seguintes, até o 23. Isto foi depois do dilúvio e está pintado no teto da Capela Sistina, no Vaticano, por Michelangelo. É o último episódio do Velho Testamento que a Capela Sistina tem. O próximo episódio é o Cristo Redentor perdendo a todos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Noé tomou fogo, ficou pelado. Noé fez tudo isto e não deu confusão porque não tinha imprensa naquela época. Noé se saiu bem.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

A imprensa era o escritor do Livro de Gênesis, Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

E o Padre Sílvio ficou pelado lá em Londrina, tiraram uma foto dele, colocaram na internet. Fiz tudo isso só para perguntar uma coisa: imagina se pegam V. Exa. depois de um vinho e pelado. O que daria? Um Deputado!

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Isso não aconteceria.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estou vendo a recuperação deste caso, o povo a defender o Padre. E acho que é um direito o povo defender o Padre e acho que houve exagero da Polícia, porque realmente a primeira coisa a fazer é escrachar. Condena-se a pessoa antes de saber se é verdadeira a informação. Então, o Padre sofreu, se o Padre errou ou não é um caso a ser decidido na sequência. Mas, escracharam o Padre, judiaram dele.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Deputado Jocelito Canto, o Estado errou, porque o Estado pegou o preso sob sua custódia. Não quero discutir a questão do Padre. A sociedade brasileira, há tempos atrás, viu o Rabino Sobel, herói campeão dos direitos humanos, ter uma acusação de roubo de gravatas, provocada também pela alteração de um antidepressivo no seu

organismo. Agora, veja, a sociedade não pode ter esta visão de ser juíza das consciências com esta velocidade de informação, que é inimiga da ética. É isto o que quero dizer.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Verdade. Neste ponto que eu queria chegar. Estou vendo os jornais e vejo a sociedade defender o Padre. O Padre errou mas não é pecador. Estou vendo vários artigos e as pessoas defendendo o Padre...

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Não estou dizendo isto, Deputado Jocelito Canto. Estou dizendo que o Padre até pode ser pecador, mas o Governo não tem o direito de fotografá-lo, depois de preso, algemado e sem roupa.

Isto é despreparo da Polícia e da Delegacia. Isto é uma vergonha para o Paraná se fosse em inglês, diríamos shame on you, vergonha sobre vocês. É Shakespeare, Hamlet.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Imaginem se pegam um Deputado pelado depois de um vinho, o que diria. Daria primeira página e aí o povo diria: "Tem que prender o Deputado porque ele é bêbado." Só para fazer uma comparação, não se compara o Padre com o Deputado.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Mas, vamos comparar o Padre e o Deputado com o traficante do Alphaville, o marido da vice-miss Curitiba, dono de 40 automóveis, poderoso senhor instalado no Alphaville. Não foi visto seu rosto! Não foi algemado e não foi fotografado porque certamente pode pagar o que não pagaram nem Padre e nem Deputado.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

É isso aí. Hoje o Deputado Greca está animado. É bom porque nessa questão de história sempre aprendemos com o Deputado Greca - eu que não estudei nada, tenho uma lição a cada dia.

Concedo um aparte ao Deputado Pérciles.

**O Sr. Pérciles de Mello (PT)**

Comentava agora que em Ponta Grossa aconteceu uma coisa semelhante. Um caminhoneiro foi preso dentro do seu caminhão por um crime e todos os jornais de Ponta Grossa mostraram o caminhoneiro, uma pessoa de sessenta e poucos anos, seminu nas capas dos jornais.

Quer dizer, acho que é a degradação humana. Acho que a nossa imprensa tem que preservar os valores humanos. Mesmo que a pessoa tenha cometido um crime, ela tem que ter a sua dignidade respeitada.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Concedo um aparte também ao Deputado Neivo.

**O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Na mesma esteira que o Deputado Rafael Greca se expressou, acho que o Estado poderia ter feito a prisão, mas não expor o Padre da maneira que expôs, ainda prendendo com uma corrente e colocando para fotografar e filmagem, nu. Então, sem querer entrar no mérito de o que o Padre eventualmente possa ter cometido de erro, seja por embriaguês ou pelo o quê for, mas o Estado foi irresponsável em permitir que a imprensa adentrasse à delegacia, filmasse e fotografasse o homem que estava sob o domínio da Polícia.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Ele estava sob a custódia do Estado. A custódia do Estado pressupõe o respeito aos direitos humanos e à Constituição. E fico estranhando também que a OAB ainda não tenha se manifestado sobre esse caso gravíssimo de desrespeito aos direitos humanos.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Sr. Presidente, mudando um pouco de assunto, quero aproveitar este momento de transparência para dizer que estamos vivendo uma nova era aqui na Casa, e espero que o que estamos fazendo possa ser seguido por outros Poderes também, que é a prestação de contas, de forma com que as pessoas possam entender. Isso porque tem prestação de contas em certas páginas da internet que você não entende nada. O melhor site de prestação de contas do mundo, ouvi alguém falar uma vez, é o do Estado do Paraná. Aí você procura lá e não acha as coisas que você quer. No Ministério Público é assim, no Tribunal de Justiça é assim.

Pois quero dizer aos senhores que a partir deste mês, como já havia anunciado aqui, na internet estão todas as prestações de contas deste mês, a partir deste novo momento da Assembleia, inclusive com a colocação de cheques, tudo o que recebo aqui da Assembleia. Tudo o que recebi neste mês de maio, está lá a cópia do cheque, está lá a cópia dos documentos que recebi, está lá tudo o que recebi da Assembleia, porque fiz prestação de contas. Está no site [www.jocelitocanto.net](http://www.jocelitocanto.net) e no blog [www.jocelitocanto.zip.net](http://www.jocelitocanto.zip.net). Lá tem tudo e inclusive dá para entrar lá e ver a nota fiscal. É um trabalho bonito que foi feito e que tem inclusive a nota fiscal, porque você acessa lá uma tela e aparece a nota fiscal. Tudo o que fizemos está ali, como o dinheiro das diárias. Tudo o que eu receber da Assembleia está na internet. Se alguém quiser saber mais informações acesse, porque a partir de hoje o que acontece na minha vida financeira da Assembleia está no site e está aqui. É a maior prestação de contas da história do Parlamento brasileiro. Pode procurar, procure em qualquer site do País e veja se algum Deputado está prestando contas como nós estamos fazendo a partir de hoje. É para parar essa conversa fiada que não queremos mostrar o que acontece aqui. É que se tinha um jeito de fazer as coisas até aqui. E a partir de hoje devidamente estamos colocando aqui, e espero que os meios de comunicação façam

isso também com as verbas que vão receber dos Governos.

Fica uma sugestão: nós Deputados estamos fazendo. Agora, que os meios de comunicação também prestem contas, assim como nós estamos prestando a partir de hoje, que o Tribunal de Justiça faça isso, que o Tribunal de Contas faça isso, que o Ministério Público faça isso, para entenderem o que cada um ganha. Se você entrar hoje no meu site você vai encontrar o meu holerite lá, o holerite deste mês, quando que eu recebo, quanto pago, quanto que desconto, está tudo na internet. É a maior prestação de contas de cada Parlamentar. É uma forma de parar a conversa fiada de alguns mecanismos que nunca fizeram nada e nunca fiscalizaram este Estado.

Então, a minha parte está feita, os funcionários já estão ali no site também, os 14 funcionários que estão no meu gabinete já estão aqui, todos reenquadrados, todos colocados aqui. É o mês de maio, são as verbas que eu recebi correspondentes a este mês. Então, está na internet para todos acompanharem. Vou repetir o site: [www.jocelitocanto.net](http://www.jocelitocanto.net). Você acessa e tem informações de tudo o que acontece com a questão financeira, e no blog: [www.jocelitocanto.zip.net](http://www.jocelitocanto.zip.net). Ali está a prestação de contas de tudo o que nós recebemos aqui na Casa, diárias, ressarcimento, verba de transporte, está tudo na internet. Aliás, isso não é coisa antiga para mim, não, quando eu cheguei nesta Casa em 1995, 1996, eu já fazia essa prestação de contas. E depois vamos naturalmente nos acomodando e deixando de fazer. Mas agora estamos vivendo uma era nova, em que tem que se mostrar tudo, não dá para esconder, tem que mostrar mesmo.

Então, as minhas contas estão na internet para todo mundo ver. É para as pessoas analisarem quanto ganha um Deputado, quantos funcionários tem, quanto gasta com combustível, com alimentação. Por exemplo, este mês eu que não paguei todas as verbas ainda, peguei só uma parte, está ali até a parte que eu paguei, de acordo quando for pegando eu vou estar mostrando ali aos senhores o que é a nossa prestação de contas.

Gostaria que todas as instituições fizessem isso a partir de hoje, OAB, jornais, tão bonito o jornal dizer: "Recebemos do Governo Federal tanto de publicidade". Como era bonito isso. Acho que não é só o Legislativo, eu acho que o Judiciário tem que fazer isso, acho que o Tribunal de Contas tem que fazer, o Ministério Público tem que fazer, porque eles fazem de um jeito, Presidente, que ninguém entende. Tem que fazer a coisa que o povo entenda, prestação de contas que as pessoas possam compreender. A minha está bem fácil de compreender. E eu vou fazer mais, uma vez por mês eu vou publicar no jornal, principalmente na região de Ponta Grossa, vou publicar também essa prestação de contas, para que não tenham mais dúvidas daquilo que recebemos. Aquilo que for legal eu vou receber, o que esta Casa aprovar eu vou receber, aquilo que esta Casa entender que não devo receber, não vou receber. Mas tudo o que eu receber está na internet para parar as conversas fiadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Horário das Lideranças. PSDB. PDT.

(**Declinam**)

PMDB. Com a palavra o Sr. Deputado Rafael Greca.

## ***Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca***

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com toda serenidade, quero fazer um comentário sobre o pronunciamento do Deputado Jocelito Canto. Acho que Deus tem seus desígnios e entre eles fez com que eu, depois de presidir a COHAPAR, até a última Páscoa, voltasse a esta Casa, neste tempo e nesta hora. Até porque eu sofri, quando Ministro de Estado, um processo de difamação e de calúnia que, da parte de um promotor público, chegou a motivar contra mim supostos 876 processos judiciais, todos eles arquivados. Se um dia tiverem paciência, venho ler na tribuna da Assembleia o último deles, como foi despachado pela Juíza Federal. Ela repreendeu o Ministério Público por não colher provas, por dizer qualquer coisa, por não fazer corretamente seu ofício e por incriminar o Ministro. O Ministro era eu.

Venho aqui agora, passado todo esse tempo, para novamente reafirmar à opinião pública do Paraná que a velocidade da informação é inimiga da ética. A velocidade da informação é inimiga da ética. A velocidade da informação que coloca no Youtube, no Facebook e nos sites noticiosos o Padre algemado e fotografado por maus policiais, e isso é reproduzido em todo País, sem que se lhe dê o direito de defesa. A mesma coisa acontece e pode acontecer com qualquer pessoa presa ou vítima de acusação. Então, é muito importante haver um processo permanente de pesquisa da verdade e é muito importante a população prestar atenção, porque a velocidade da informação é inimiga da ética.

O Jocelito Canto reportava o caso da embriaguez e da nudez de Noé, o patriarca bíblico referido no livro do Gênesis, personagem do qual a Sagrada Escritura se serve para mostrar a fraqueza do barro humano, a fragilidade do gênero humano. Padres, Pastores, mulheres, mães, pais de família, todos nós do barro fomos feitos e a todos Nosso Senhor contempla com a pergunta feita aos fariseus, na praça de Jerusalém, diante da Madalena caída: "Quem estiver sem pecado que atire a primeira pedra!" Então, essa visão é muito interessante e precisa ser revisada aos olhos da opinião pública, ainda mais no preâmbulo de uma eleição.

Outro dia, vi uma Exa. adversária do Presidente Lula dizer que a Ministra Dilma é um ventríloquo. Outra vez a velocidade da informação é inimiga da ética. A Ministra Dilma fala, lê, escreve, foi Ministra de Minas e

Energia, é mulher competente, foi minha chefe na gestão do Plano de Aceleração do Crescimento, que não é simples. Há 3 mil e 500 casas em construção em volta de Curitiba e se o Governador Pessuti não tiver boa gerência e não se espertar elas não ficam prontas.

Então, não se pode chamar uma mulher, que ajudou o Lula a dirigir com sucesso, de ventríloquo, porque ventríloquo é aquele boneco que não fala, não lê e não pensa, que bate a boca de tamanco de madeira e fala pela boca de alguém, que fala atrás dele. De repente a velocidade da informação é inimiga da ética.

Registrar também que recebi, com muito prazer, o convite para o jantar do Ministério Público Estadual, que se dará no Graciosa Country Club, na próxima sexta-feira. A Procuradoria do Paraná nos convida. O Deputado Tadeu Veneri me disse que também vai. Margarita e eu iremos. É preciso haver uma relação republicana. Não pode haver entre os Poderes um clima de competição. A investigação que pesa sobre a Assembleia tem que ser totalmente esclarecida. Tudo tem que ser passado a limpo, mas continuaremos lembrando que a velocidade da informação é inimiga da ética.

Para terminar, registrar hoje os 200 anos da República Argentina. Foi em 25 de maio de 1810 que o General San Martin e o Cabildo, de Buenos Aires, proclamaram a República Portenha, na Cidade de Santa Maria de Buenos Aires. Na época, a sede da colônia que era a Espanha havia sido invadida por Napoleão Bonaparte. Refere a história que a nossa Rainha de Portugal e do Brasil, a espanhola Dona Carlota Joaquina, mulher de Dom João VI, tentou subir em um navio e ir a Buenos Aires para governar dali o Império Espanhol sem rei. Mas o Governo inglês proibiu a Rainha espanhola do Brasil de ir até Buenos Aires para fazer de lá a sede do seu reino e juntar o reino espanhol da América com o reino português da América. Isso ameaçava a Inglaterra.

Nós, os do Sul, para que não cresçamos, sempre invejaram a possibilidade de um MERCOSUL. Sempre houve a mão forte, do que um historiador chamou de pérfida ao Bion (*sic*), a mão forte dos ingleses, tentando impedir o mundo espanhol e o mundo português de se unirem na ideia forte de um MERCOSUL. Essa mesma mão que segurou o navio da Carlota Joaquina para que não saísse da barra do Rio de Janeiro e não se chegasse a Buenos Aires, é a mão que aperta os botões da mídia, que fala mal do Lula quando ele negocia o acordo nuclear do Irã, que tenta impor sobre os brasileiros a falsa ideia de que o nosso Presidente fez papel de palhaço, quando ele foi instrumento da paz, da grandeza e da afirmação do Brasil.

O Brasil vive um bom momento e precisa se afirmar entre a mais escolhida das Nações da Terra. A grandeza do Brasil também passa por compartilhar o pão com os nossos irmãos do outro lado da fronteira, o pão que vai ser semeado e comercializado no MERCOSUL e, de preferência, que seja pão feito com trigo argentino, que é muito melhor.

Viva a Argentina no seu bicentenário!

Presidente, quero registrar a presença do Prefeito Joarez, da Cidade de Conselheiro Mairinck, que honra a Assembleia assistindo esta Sessão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência agradece a V. Exa. pela homenagem ao nosso Prefeito.

Bloco PPS/PMN; Democratas.

(**Declinam**)

Liderança da Oposição. Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Recebi agora há pouco um manifesto do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, onde solicitam e reivindicam que o Governo do Estado implante imediatamente a folha complementar de 5% do reajuste que votamos no mês de março. Além disso, fazem um comparativo, e aí gostaria que os Srs. Parlamentares e principalmente a sociedade do Paraná, mas acima de tudo que os funcionários públicos do Estado do Paraná nos entendessem.

Quando votamos aqui na Casa o salário-mínimo regional, ano passado, que foi corrigido em 15%, quando o Governo mandou para a Assembleia o reajuste do funcionalismo público, foi apenas de 5%. Dizíamos naquela ocasião que o Governo tem dois pesos e duas medidas. Para o setor privado ele aplica 15% de aumento no salário-mínimo regional dos funcionários que não têm dissídio coletivo. Que não é o Governo que paga. Mas, para os seus funcionários ele aplicou 5%. Isso no ano passado. Este ano, quando o Governo do Estado envia a esta Casa uma mensagem propondo um salário-mínimo regional reajustando de 9,5 até 21%, a Bancada da Oposição apresentou uma emenda dizendo que o Governo do Estado, no mínimo, aplicasse para os funcionários públicos, no salário básico, o salário-mínimo regional que estava aplicando para o setor privado. A nossa emenda foi rejeitada pela Bancada do Governo, pela rolo compressor.

Quando veio a mensagem aumentando o salário para os senhores funcionários do Estado do Paraná, apresentamos duas emendas: a primeira emenda foi que o Governo concedesse um reajuste de 9,5%, que era o mínimo que o Governo estava aplicando no salário-mínimo regional para o setor privado. Isso variava até 21%. Pedíamos através da nossa emenda, e o Governo, através da sua bancada aqui na Assembleia, rejeitou a nossa emenda.

A outra emenda que apresentamos, Srs. Deputados e caros funcionários do Paraná dizia o seguinte: *Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de maio deste ano.* Foi a emenda que apresentamos, e quando foi votada aqui

nesta Casa, a maioria dos Deputados rejeitou e garantiram que o aumento sairia na database.

Aliás, de uma forma muito especial, para essas entidades que assinaram esse manifesto, a Sra. Elaine do SindSaúde, o Heitor do SINDI/SEAB e o Clayton da SINDRASPEN, essas três entidades assinaram esse manifesto que acabo de receber agora aqui na Sessão. Senhores sindicalistas: quando apresentamos essa emenda naquele dia, as galerias estavam cheias Fomos vaiados! Eu disse naquela ocasião: “Senhores funcionários, os senhores estão vaiando a vocês mesmos”.

E venho dizer neste momento, nesta Sessão, e agora nesta tribuna, repetir uma frase que não me canso de dizer: só existe uma coisa que confirma os atos de cada pessoa: é o tempo. O tempo é a razão de si. Quando apresentamos essa emenda ela foi rejeitada e nós fomos vaiados. Hoje, Deputado Pastor Edson, as entidades sindicais reconhecem que os Deputados da Oposição estavam certos, que estávamos corretos. Se tivesse sido aprovada nossa emenda não precisariam estar os sindicatos aqui pedindo: “Olha, vamos fazer o possível! O Governador, sensibilizá-lo para implantar os 5%”. Isso não aconteceu porque o Governo do Estado, através da sua bancada aqui na Assembleia Legislativa, rejeitou a nossa emenda.

Votamos no mês de março, passou março, abril e estamos em maio, menos de três meses depois os sindicatos estão aqui distribuindo uma nota para os Parlamentares, pedindo apoio para que seja implantado o aumento de 5% para o quadro geral do Estado do Paraná.

Pois bem, se tivéssemos o apoio e se os funcionários, através do seu sindicato, tivessem abraçado a emenda da Bancada da Oposição lá no mês de março, com toda certeza os senhores não precisariam estar aqui correndo os corredores e os gabinetes dos Parlamentares.

Mas estamos a favor, sim, dos senhores funcionários. Aliás, eu e o Deputado Reni Pereira fomos os primeiros Deputados a levantar a voz aqui na Casa. O Deputado Reni Pereira, lá na Comissão de Constituição e Justiça, e eu aqui no Plenário, quando chegou ao nosso conhecimento que a folha do mês de maio tinha sido rodada sem o reajuste de 5%, que é a data base dos funcionários públicos do Estado do Paraná, pedimos imediatamente que o Governo do Estado determinasse à Secretaria da Fazenda e à Secretaria da Administração para que rodasse uma folha complementar para que os funcionários pudessem receber o seu reajuste. Caso contrário, isso poderia ser implantado, quem sabe, lá só depois das eleições, pois temos ano eleitoral, existe a lei eleitoral que proíbe a implantação de alguns reajustes, aumentos, aliás, acho que nem reajuste não é, Deputado Antonio Belinati, isso é uma reposição salarial, são as perdas que os funcionários tiveram nos últimos 12 meses, e nem isso o Governador está querendo conceder aos funcionários. Mostra claramente, Deputado Antonio Belinati, que V. Exa., como outros Deputados, quando apresentamos e o senhor foi um dos subscritores dessa emenda, tivessem votado conosco, todos os Parlamentares,

nós já teríamos resolvido essa situação no mês de março.

#### **O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Parabéns, nobre Deputado Elio Rusch, V. Exa. está sendo muito feliz na exposição que faz.

Nobre Deputado, temos que fazer uma colocação muito clara: o Governo não está com problema para pagar os 5% porque a folha já está pronta ou deixa de estar pronta. Se o Governo tiver dificuldade que faça um pedido aqui para mim que eu providencio uma outra folha em questão de minutos, porque com essa invenção da informática, se aperta um botão e em poucos minutos se tem uma nova folha rodada.

Então, não é problema técnico: “Ah, mas já estava pronta a folha”. Em questão de menos de meia hora estará impressa uma nova folha para implantar essa mixaria desse aumento de 5%.

O que está havendo? Quando eu converso com alguns políticos que são estrelas, eles dizem o seguinte: “Ah, mas funcionário público pesa muito pouco na eleição, tem menos de 200 mil servidores e o Paraná tem mais de 7 milhões de eleitores.” Não é problema de peso ou não peso na urna; é problema de peso na consciência dos Governantes, é problema de irresponsabilidade ou de desumanidade. É um tratamento desumano que o Governo faz e de total desrespeito à dignidade dos servidores, que uma grande parte vive afundada em agiota, em financeira, já sai de casa para trabalhar nervoso, com cobrador na porta de casa.

Então, um apelo aqui ao Governador Pessuti, para que reconsidere e mande colocar como folha extra, seja o que for, esses 5% porque não vai deixar nenhum servidor rico. Entre o pouco e o nada o servidor precisa deste pouquinho que é 5%, é um aumento humilhante, não repõe a inflação dos 12 meses, mas seria uma afronta a toda essa laboriosa classe não pagar pelo menos os 5%.

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Quero só dizer uma coisa: não adianta o Governo dizer que não tem dinheiro. Está tramitando aqui na Casa um projeto de R\$ 100 milhões para abrir um crédito adicional especial, R\$ 100 milhões, crédito para recapear asfalto nas Cidades do Paraná. Então, dinheiro existe, basta ter vontade política e administrativa de dizer: “Posso conceder, sim, os 5% para o funcionalismo público do Paraná”. Não dá se não quer, ou o projeto que está aqui é mentiroso. Não acredito que o Governador Orlando Pessuti faria isso.

Cedo aparte ao Deputado Greca.

#### **O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Não foi feita uma lei, votada e sancionada pelo ex-Governador Requião?

**(Assentimento)**

Então, terá que ser paga por folha suplementar, se não for paga este mês. Agora, com certeza, deve haver um problema de arrecadação momentâneo.

O Sr. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Rafael Greca, o seguinte: de acordo com a disponibilidade econômico-financeira do Governo do Estado não fixa data e a nossa emenda fixava a data de 1º de maio. V. Exa. não estava aqui. A emenda foi rejeitada pela Bancada do Governo, o rolo compressor foi contra os Deputados da Oposição. Isso é importante que os funcionários públicos do Paraná saibam!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Horário da Liderança do Governo, Deputado Rafael Greca.

### ***Liderança do Governo: Deputado Rafael Greca (PMDB)***

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Quero, Sr. Presidente, no horário da Liderança do Governo, dizer, passar um telegrama para o Paraná inteiro: me informa a assessoria da Liderança do Governo que a arrecadação do Estado caiu 4% no último trimestre, por isso não pode ser honrado o compromisso, anelado, sonhado pelo Governo. Eu não sou Líder do Governo, entrei na Assembleia depois da Páscoa, mas eu sobrei na bancada, não estou vendo o Líder do Governo aqui, mas o que eu teria a comunicar é que a notícia é não agradável, de queda de 4% na arrecadação do Governo. Como o Governo do Paraná não imprime moeda, é natural que o pagamento dar-se-á a tempo e à hora.

Quero dar um aparte ao Deputado Elio Rusch, até para que ele questione a Secretaria da Fazenda.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Agradeço o aparte e apenas fazer uma pequena correção: os 4% a menos foram em relação à projeção. Temos o orçamento, que é uma peça que estima a receita e fixa a despesa. O Governo havia previsto no orçamento uma receita “x” e essa receita não se concretizou, mas houve aumento da receita em relação ao ano passado. Então, o que houve é que não se concretizou aquilo que o Governo havia previsto no orçamento, não houve uma diminuição, houve um aumento no orçamento do Governo do Estado e vamos saber isso agora no dia 2, quando vamos ter a Audiência Pública do último quadrimestre do ano passado e do primeiro deste ano.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Acho muito interessante que o Deputado Elio Rusch instrua, na sua condição de Deputado de Oposição, a Audiência Pública com as autoridades da Secretaria da Fazenda, que virão à Casa nos próximos dias prestar as informações na forma da lei e dos costumes. O

Parlamento é exatamente para isso. No parlamento inglês o Chefe do Governo, o 1º Ministro fica na frente de um saco de lã, de um lado ficam os Deputados do Governo, do outro lado os Deputados de Oposição; o saco é de lã para que todos deem murros na mesa e não quebrem os punhos.

Então, que esse antigo Parlamento, de mais de 1 mil anos, nos ensine a usar inclusive as perplexidades, as indagações da Oposição para fazer o bem para o povo do Paraná.

Agora, não acredito que exista alguém no Paraná que duvide que o Pessuti não tenha vontade de pagar até mais do que 5%.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Providenciaremos o saco de lã.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 721/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente em exercício do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste de 7,07% (sete vírgula zero sete por cento) incidente sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, e de 5% (cinco por cento) sobre os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, na forma das tabelas constantes Anexos I, II e III. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Enio Verri, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 26 de maio do corrente ano, devido ao fato de estar participando de reunião com o Sr. Paulo Bernardo - Ministro do Planejamento em Brasília. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 091/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, solicitando a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de cobertura e iluminação na quadra de esportes do CENSE - Centro de Sócio Educação - Unidade de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 092/10, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a inclusão do Município de Janiópolis no Programa Estadual de Patru-

Iha Rodoviária Rural. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 093/10, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, a doação de uma ambulância para o Município de Mandirituba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 094/10, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra coberta no Colégio Estadual Douradina, Município de Douradina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de dois, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 015/10, de autoria da Comissão de Tomada de Contas. Aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, mês de abril de 2010. Resoluções nºs 003/04 e 003/09. **Aprovada. (Publ. no DA nº 052/10, de 19/05/10, em 1ª Discussão).**

## ***3ª Discussão***

### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 619/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 106/09, que objetiva regulamentar os processos disciplinares da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## ***2ª Discussão***

### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/10, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Capela Santa Luzia e Estrada de Vila Rica, com sede e foro no Município de Icaraima. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/10, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Quarto Centenário, com sede no Município de Quarto Centenário e foro no Município de Goioerê/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ***1ª Discussão***

### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 836/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera dispositivos da Lei nº 13228, de 18/07/01, que criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM PARECER CONTRÁRIO DA CF. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 152/07, de 26/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 836/07

P A R E C E R :

### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem como escopo alterar os dispositivos da Lei nº 13228/01, que criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN, no âmbito do Estado do Paraná, tendo em vista uma proteção aos ofícios de família.

### **Legitimidade e legalidade**

O artigo 236 da Constituição Federal dispõe:

*Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público:*

*§ 2º Lei Federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais.* (grifos nossos)

Dentro do contido no parágrafo segundo do referido artigo, temos de buscar fundamentação no contido junto à Lei nº 10169/00, a qual regula normas gerais acerca da fixação dos emolumentos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro no Brasil, e é nesta lei que vemos a base para a promulgação da Lei Estadual nº 13228/01, pois vejamos que a lei federal assim normatiza:

*Art. 8º Os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de sua competência, respeitado o prazo estabelecido no artigo 9º desta lei, estabelecerão forma de compensação aos registradores civis das pessoas naturais, pelos atos gratuitos, por eles praticados, conforme estabelecido em lei federal.*

Portanto, vejamos que a execução de lei no sentido de observância a Lei Federal, a qual fundamentou o projeto que originou a Lei Estadual nº 13228, está justamente adstrito a tal dispositivo legal, tendo em vista que o mesmo dá competência aos Estados para que cumpram o que regula a lei federal.

Deste modo o Estado teve total legitimidade para a promulgação e aprovação da Lei nº 13228/01, a qual institui o FUNARPEN, antes de tratarmos dos disposto no presente projeto, algumas considerações devem ser feitas:

*O Governo do Estado do Paraná, regulamentando o artigo 8º da Lei Federal nº 10169 de 29/12/00 que determina o estabelecimento de formas de compensação aos Registradores Civis das Pessoas Naturais pelos Atos Gratuitos por eles praticados, sancionou a Lei nº 13228 em 18/07/01, determinando a obrigatoriedade de aplicação do Selo de Autenticidade nos atos praticados pelos Tabeliões de Notas de Protesto, Registradores de Imóveis, Registradores de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, Registradores Civis de Pessoas Naturais e Distribuidores vinculados à Lei nº 8935/94, criando o Fundo de Apoio do Registro Civil de Pessoas Naturais - FUNARPEN, a quem compete, pela lei, custear os atos praticados gratuitamente pelo Registrador Civil de Pessoas Naturais.*

*Esse custeio, que para melhor entendimento, passamos a denominá-lo repasse, nada mais é que o ressarcimento que fará o FUNARPEN aos Registradores Civis para compensá-los pela gratuidade instituída há mais de quatro anos por lei federal, para todos os Atos de Registro de Nascimentos e Óbitos praticados por aqueles Ofícios.*

*Para viabilização desse repasse, houve a união da Categoria dos Notários e Registradores, aplicando-se a máxima da distribuição de renda onde quem pode um pouco mais participar ativamente na sobrevivência dos que não podem, por terem perdido totalmente as receitas que obtinham com a cobrança de custas para a realização daqueles atos.*

*Assim sendo, estão os Notários e Registradores do Estado do Paraná, garantindo a gratuidade dos registros de nascimentos e óbitos a toda a população, pois os Registradores Civis, pela gratuidade legalmente instituída, caminhavam, a passos largos, para o fechamento de seus ofícios, pois é impossível alguém trabalhar sem nada receber.*

*Entretanto, para haver repasse há que haver receita. Para essa receita, foi instituída a venda dos Notários e Registradores de Selos, que foram denominados Selos de*

*Autenticidade de Atos, e que se serão afixados nos Atos que praticarem, cabendo ao FUNARPEN, por imposição legal, o fornecimento dos selos para todos os Ofícios do Foro Extrajudicial, com exclusividade de atendimento.*

*(Retirado do site: [www.funarpem.com.br](http://www.funarpem.com.br))*

O presente projeto tem o intuito de alterar dispositivos da Lei nº 13228/01. Quando se trata de alteração legislativa, verificamos, inicialmente, qual é a competência para legislar. No caso em tela, observamos que conforme preceitos da Constituição Estadual têm a Assembleia tal prerrogativa, por se tratar de lei cuja autoria é oriunda desta Casa de Leis.

Tendo em vista que cabe, então, ao Legislador a função de ditar normas sobre a matéria ora analisada, somos pela constitucionalidade do presente, uma vez que aquele que possui competência para legislar também possui competência para alterar.

Ademais disto no que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente a Lei Complementar nº 095/98.

### **Conclusão**

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, não encontra óbice, junto a Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, verificou-se que o presente projeto está revestido de constitucionalidade, sendo que com fulcro no argumentado, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei na forma de emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 12/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 836/07**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessário a apresentação da presente emenda modificativa, passando o artigo 7º do projeto a contar com a seguinte redação:

“Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a partir de 01/01/08.”

Sala das Comissões, em 12/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Caíto Quintana, Artagão Júnior e Stephanes Júnior.

## **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 836/07**

**P A R E C E R :**

### **Relatório**

De autoria do eminente Deputado Caíto Quintana, a presente proposição tem por objetivo alterar a Lei Esta-



dual nº 13228, de 18/07/01, que institui o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN.

o referido fundo foi criado no Estado do Paraná, pela lei acima mencionada, com a finalidade de compensar os Registradores Civis das Pessoas Naturais do Estado pela gratuidade dos atos por eles praticados, como o registro de nascimentos e óbitos e a emissão da primeira certidão respectiva, e que foi instituída pela Lei Federal nº 9534/97.

A receita do referido Fundo decorre basicamente do fornecimento, do próprio FUNARPEN, de Selo de Autenticidade de Atos, para os serviços notariais, registrais e de distribuição extrajudiciais.

A presente proposta de alteração, em síntese, propõe a inclusão, entre o rol dos beneficiários deste fundo, das Serventias Judiciais de Família, desde que não remunerados pelos cofres públicos, assegurando-lhes também o recebimento, deste fundo, de todos os serviços gratuitos prestados nos atos judiciais praticados, cujo valor não poderá ser inferior ao valor mínimo das custas previstas na tabela vigente, por tipo de ação. Propõe a aplicação a todos os feitos doravante distribuídos, bem como as anteriores em tramitação e que vierem a ser reativados. Importante destacar que a proposta dispõe que, não havendo recursos suficientes para pagar todos os feitos gratuitos prestados, o valor existente deve ser rateado proporcionalmente entre todos os beneficiários - extrajudiciais e judiciais ora incluídos pela proposta em exame.

Ainda assegura a participação de um representante dos atuais escrivães de família no Conselho Diretor e também no Conselho Fiscal do referido FUNARPEN.

A proposição recebeu parecer favorável, quanto à sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, em voto elaborado pelo relator Deputado Luiz Carlos Martins, o qual apresentou uma emenda, a fim de dar efeitos retroativos à lei para 01/01/08.

o feito foi encaminhado a esta Comissão, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Casa, para receber parecer quanto à sua compatibilização ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei De Diretrizes Orçamentárias, cabendo ainda a esta Comissão efetuar uma análise de mérito.

Em 20/02/08, o ora subscritor deste relatório, na condição de Relato do projeto de lei nesta Comissão, apresentou parecer neste Colegiado no sentido de que, embora não haja incompatibilidade ou inadequação orçamentária e financeira, posto que o projeto de lei não trata de recursos públicos propriamente ditos, e em que pese tenha recebido parecer favorável quanto a sua formalidade constitucional e jurídica, ao menos no seu mérito, a proposta exigia melhor análise e discussão, e assim opinou pela conveniência e oportunidade de se ouvir primeiramente os Registradores de Pessoas Naturais, atuais beneficiários do Fundo, assim como os Escrivães das Varas de Família, doravante também beneficiários dos

recursos do FUNARPEN, se aprovado o projeto em exame.

A proposta foi acatada pelos membros deste Colegiado tendo sido convidados para uma discussão junto à Comissão, o Presidente ou representante do Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN, o escrivão da 4ª Vara da Família de Curitiba, como representante da categoria, indicado pelos demais colegas através da interpelação informal, assim como também o presidente ou representante da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná - ANOREG, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná.

Ouvidos os referidos representantes em reunião da Comissão, realizada no dia 27/02/08, nos termos das notas taquigráficas em anexo, onde também se pronunciou o autor do projeto, conclui-se, em que pese alguns membros terem se manifestado em condições de emitir parecer favorável à proposta, pela necessidade de se obter informações mais precisas quanto aos valores e números noticiados informalmente na reunião, a fim de aprofundar a discussão e posteriormente votar um parecer conclusivo, seja pela abrangência do assunto, seja pela exiguidade de tempo, tendo em vista o início da Sessão em plenária.

Assim, o FUNARPEN, por seu presidente, foi novamente interpelado a responder diversas questões, notadamente de ordem quantitativa, desta feita por escrito, nos termos do ofício em anexo, junto ao qual se encontram as respectivas respostas. Em suma, destaca-se na resposta fornecida pelo gestor do referido fundo de que haveria atualmente um passivo de R\$ 12.000.000 (doze milhões), face ao insuficiente suporte financeiro do fundo para o ressarcimento devido aos registradores, considerando os atos praticados por estes desde junho de 2002 até a presente data. A conclusão do mencionado dirigente foi de que, por falta de previsão de novas fontes de receitas, o fundo não suportaria o impacto para suportar o acréscimo de ressarcimento proposta no projeto.

Em 2004, o subregistro de nascimento estimado para o País foi de 16,4%, o que significou, aproximadamente, 550 mil crianças sem a certidão de nascimento no período considerado para o cálculo do subregistro. Portanto, ainda são necessárias as campanhas de mobilização do Plano Nacional para a Erradicação do Subregistro.

A Lei nº 765, de 14/07/49, ainda em parte recepcionada pela atual norma constitucional, trata do registro de nascimento e sua gratuidade. No entanto, tanto a Lei nº 6015, de 31/12/73, que dispõe sobre os registros públicos, como a Lei nº 9165, de 12/02/96, que regulamenta o inciso LXXVII, do artigo 5º da Constituição Federal, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9534, de 10/12/97, tratam da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

Por isso é preciso ter um cuidado redobrado para não retroceder, inviabilizando um fundo específico para remunerar estes serviços prestados de forma gratuita, por

força de lei, pelos Registradores Civis de Pessoas Naturais. Confundir as finalidades destes recursos previstos em lei própria, primeiramente tem impedimentos de ordem formal, pois é preciso ter clareza sobre a diferença entre as serventias judiciais e as extrajudiciais, sendo aquelas órgãos do Poder Judiciário, cabendo a este a privativa iniciativa de toda a sua normatização.

Ainda que não se admita nesta Comissão rejeitar a iniciativa por estar razões, ficou patente a falta de recursos do Fundo para atender a nova demanda proposta, sob pena de prejudicar um caminho ainda em curso, o de fazer com que todos os brasileiros tenham os seus documentos básicos de cidadania.

O problema, portanto, também é de ordem de receita. Aventou-se em estender a aplicação da cobrança de selos também na distribuição dos feitos judiciais. No entanto, isso naturalmente jamais poderia partir de iniciativa parlamentar.

Subliminarmente, e até mesmo ostensivamente nos ofícios encaminhados, atendendo às indagações desta Comissão, ficou patente o pleito de aumentar-se a receita do Fundo, que o projeto original não traz, ao menos diretamente. No entanto, evidentemente que o curso normal, com uma eventual aprovação a proposta em exame, seria o aumento dos selos, e jamais nos valores externados com os rápidos cálculos realizados por alguns dos presentes à reunião realizada no dia 27 de fevereiro último. Senão vejamos, as custas de uma separação ou divórcio, pode atingir até R\$ 609 (seiscentos e nove reais), pela tabela do atos dos escrivães de família. E mais, a ampla maioria dos feitos importa em valor de causa que atinge o valor mínimo das custas.

O mais grave é que a proposta é um evidente casuismo, para o que uma lei jamais deve se prestar. Como se poderá conceber um benefício apenas para quatro escrivães da capital. Embora não esteja expresso no texto, basta conhecer a estrutura do Judiciário paranaense para verificar a finalidade da presente proposta.

Também foi oficiado o escrivão da 4ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com indagações sobre a movimentação processual, receitas e despesas e tabelas de custas, que foi respondido pelos titulares das quatro serventias da Capital, conforme cópia de ofício também em anexo.

No dia 13/03/08 o ora relator apresentou novo requerimento, aprovado por esta comissão, com pedido de encaminhamento de ofício à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, solicitando informações, nos termos da cópia em anexo, bem como, para o pronunciamento deste órgão do Poder Judiciário Estadual, fiscal de todo o serviço judicial e extra no Estado, a cerca do projeto de lei ora em exame. A resposta, também com cópia em anexo, de lavra do ilustre Desembargador Leonardo Lustosa, foi de preocupação e indignação! Primeiramente protesta pela invasão de competência da matéria, posto que a proposta parlamentar versaria sobre remuneração de serviço auxiliar do Poder Judiciário, reservada

privativamente ao tribunal de Justiça, quanto à sua iniciativa. Considera ainda grave o fato de o projeto desconsiderar a histórica incapacidade do FUNARPEN de custear a integralidade dos atos gratuitos do Registro Civil de Pessoas Naturais, aumentando desmedidamente a despesa do fundo sem previsão da receita correspondente.

Destaca que a natureza jurídica dos recursos arrecadados pelo FUNARPEN “é de emolumentos (taxas de serviços) pagos pelos usuários dos serviços notariais e registrais em geral, estando o seu recolhimento adstrito ao custeio de atos de registro civil. Valores que, pela destinação específica, não podem ser desviados para a remuneração de serviços de cartórios judiciais, ainda que no âmbito de assistência judiciária, pois que esta ao Estado compete prestar.” Aduz ainda que a justificativa do projeto invoca a baixa rentabilidade das escriturarias das Varas de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no entanto, não menciona - expressamente - “vir a pretendida modificação em benefício somente das quatro escriturarias de família da Capital, mas em detrimento de centenas de oficiais de Registro Civil com renda muitas vezes inferior”.

Informou, por final, o ilustre Corregedor, que as quatro escriturarias mencionadas somente não mais percebem rendimentos dos cofres públicos, desde junho/05, por força da Resolução nº 3157/05 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ante o disposto na Lei nº 14506/04. Porém o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná acatou proposição da Corregedoria-Geral, e por unanimidade, decidiu representar, junto à Procuradoria Geral da República, pela inconstitucionalidade formal, frente à Constituição Federal, das Emendas nº 007/00 e 019/07 à Constituição Estadual, bem como do parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Estadual nº 14506/04. Em sendo declarada a inconstitucionalidade das referidas normas, será restabelecida a remuneração ante paga.

Por derradeiro, noticia que se encontra em estudos na Corregedoria-Geral da Justiça um estudo a ser encaminhado oportunamente a apreciação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, que poderá resultar em um projeto de lei de iniciativa deste Poder, que institua fundo de custeio do serviço judiciário que permita assegurar o integral cumprimento do disposto no artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.”

Por mera liberalidade deste relator e do presidente desta Comissão, ilustre Deputado Edson Strapasson, ambos mantiveram encontro, na última quarta-feira, no Tribunal de Justiça com o Corregedor-Geral, e afim de obter mais detalhes, mormente sobre os estudos em curso e antes noticiados quanto ao custeio do serviço judiciário, que poderá resultar em uma solução definitiva à questão dos serviços gratuitos, que poderá resultar em uma solução definitiva à questão dos serviços gratuitos prestados nos cartórios dos Judiciário Estadual.

#### **Voto do Relator**

Em que pese não ser de competência desta Comissão de Finanças analisar aspectos de constitucionalidade

e juridicidade das proposições distribuídas à mesma, tendo em vista o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno, impõe-se um breve comentário, ante as informações colhidas por este Relator e demais membros deste colegiado no presente projeto de lei.

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 236 que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. O referido dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei Federal nº 8935, de 18/11/94, denominada Lei dos Cartórios. Ainda a Constituição Federal dispõe no parágrafo 2º, do mesmo artigo 236, que lei federal estabelecerá normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. A lei a que se refere este dispositivo constitucional é a Lei nº 10169, de 29/12/00, a qual estabelece normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, no entanto remete aos Estados Federados a fixação do valor destes emolumentos. E nesta mesma lei federal, em seu artigo 8º, se estabeleceu que os Estados, assim como o Distrito Federal, estabeleceriam formas de compensação aos registradores civis de pessoas naturais pelos atos gratuitos, por eles praticados, conforme estabelecido em lei federal. Ante esta disposição legal, o Estado do Paraná criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - FUNARPEN, através de Lei Estadual nº 13228, de 18/06/01.

O Brasil historicamente sofreu do subdesenvolvimento da cidadania no País, onde se destaca o subregistro de expressiva parcela de brasileiros, que significa a ausência de identificação e de reconhecimento do indivíduo pelo Estado. E em parte ainda padece deste mal, que importa em obstáculo para o acesso aos benefícios e serviços públicos, como direitos básicos de saúde, de educação, de informação e de justiça. Os fatores que contribuem para tanto são geográficos, tecnológicos, de políticas institucionais, mas sobre tudo socioeconômicos.

E sendo mais claro: seria uma irresponsabilidade aprovar uma lei que, na prática, se não fosse declarada inconstitucional ou dada negativa de vigência, importa em obrigar que qualquer cidadão, inclusive os mais pobres, de qualquer região do Paraná, que necessitam, por exemplo, autenticar as cópias de seus documentos pessoais, para buscar um emprego, paguem mais por tais atos dos Tabelionatos, a fim de resolver um problema de quatro escrivães da Capital!

O problema existe, mas a solução não deve ser apresentada pelo projeto de lei em exame. Propugnamos pela realização de outros estudos, como os em curso no Tribunal de Justiça, para fins de atender um problema que atinge todo o serviço auxiliar do Poder Judiciário, através de todas as serventias, embora alguns com mais intensidade.

Oportunamente convém a realização de uma Audiência Pública onde se discuta toda a justiça gratuita como instrumento de democratização do acesso ao Judiciário, no qual deverão participar representantes do Poder Judiciário, do Poder Executivo e deste Legislativo.

Em face destas considerações, somos pelo parecer contrário ao Projeto de Lei nº 836/07.

Sala das Comissões, em 02/04/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

Alerto aos Srs. Deputados que esse parecer contrário a votação será feita no sentido inverso. Na hora da votação a Presidência irá anunciar e faremos a votação pelo painel eletrônico.

Primeiro orador inscrito, para encaminhar, o Deputado Elio Rusch.

#### O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Na verdade eu não tenho cartório e nem meus familiares não têm, sinto-me muito à vontade de falar desse assunto. Fui procurado por diversas pessoas, pelos cartórios da Vara de Família aqui em Curitiba, fui procurado uma vez por cartórios do interior do Estado do Paraná, por outras pessoas que também entendem das questões das custas judiciais que existem em relação a cada ato.

Na verdade, a primeira informação que tive, e verifiquei quando fui visitado por alguns oficiais das Varas da Família, aqui da Capital do Estado, que a receita que eles obtêm não era aquela que efetivamente havia sido transmitida para nós Parlamentares.

Não quero citar o nome do cartório, mas tenho aqui comigo, existem quatro Varas de Família aqui em Curitiba, uma está desativada. Uma dessas Varas de Família, nos entregou um relatório dos últimos meses de trabalho realizado e até o faturamento do próprio cartório. É importante que divulguemos isto e mostremos para a sociedade os números. Essa Vara realizou, no mês de novembro do ano passado, 49 atos que foram pagos. Isso resultou numa receita de R\$ 38 mil. E ainda realizaram 251 atos que não foram cobrados, feitos gratuitamente.

E o Deputado Caíto Quintana pede para que esses cartórios das Varas de Família aqui da Capital possam, também receber, através do Fundo, os serviços que eles prestam gratuitamente para as pessoas que usam esse serviço das suas Varas ou seus cartórios.

Agora, o que nos preocupou, e hoje fui procurado por algumas pessoas e fizemos um cálculo matemático, se 49 atos resultaram numa receita de R\$ 38 mil, teríamos um custo médio, de cada ato, de R\$ 775. Isso seria o ato de cada processo que foi cobrado. Se 49 atos que foram, cobrados, que está aqui no meu relatório, que recebi das Varas de Famílias, ou talvez outros serviços prestados, não sei quais, mas ao menos esta informação tenho recebido. Se isto é verdadeiro, se pegarmos mais os 251 atos que foram prestados gratuitamente, pegarmos pelo valor que houve a receita, dos 49 atos que foram cobrados, nós chegaríamos - daí sim - numa receita bastante significativa.

Não sei se é este cálculo que se faz ou não. Mas eu diria, para que não venhamos a cometer nenhuma injus-

tiça, e conversei há pouco com o Deputado Líder do Governo, Luiz Claudio Romanelli, e eu disse: vamos votar hoje pela constitucionalidade desse projeto, votamos a favor, mas que não volte amanhã esse projeto, para que possamos ainda durante alguns dias discutir com os cartórios, com os titulares desses cartórios, discutir também com o próprio Tribunal de Justiça e com os outros cartórios que pagam o Fundo que contribui para que também não venhamos a solver o Fundo, não dilapidar esse Fundo, de repente, de uma hora para outra, com a entrada dessas três Varas de Família.

Sou leigo neste assunto. Então, precisamos de mais tempo, porque você recebe uma informação e depois recebe outra. Daqui a pouco, recebe outra informação. E não estamos aqui para prejudicar ninguém. Queremos que todos sobrevivam sim, que ganhem pelo serviço que prestam. Não é justo que, de repente, algum cartório, essa Vara de Família, que na verdade hoje é exercida extrajudicialmente, porque é privada, e na medida em que ela vagar ela será judicial, passará a ser exercida pelo próprio Tribunal de Justiça e pago, daí sim, pelo orçamento do Tribunal de Justiça.

E para que não venhamos a cometer nenhuma injustiça, vamos votar hoje pela constitucionalidade e eu solicitaria à Presidência, à Mesa e ao próprio Deputado Caíto Quintana, compreensão para que não venhamos a votar amanhã, para que possamos discuti-la melhor, para que possamos achar o caminho que possa contemplar e atender a todos.

Não queremos que ninguém trabalhe de graça. E também não queremos que alguém possa inviabilizar, depender de um Fundo que está sendo constituído à duras penas, não pelos cartórios, mas sim pelas pessoas, pelos contribuintes e quem usa o serviço do cartório e que paga religiosamente sua parte com selo, para que seja constituído o Fundo.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Concedemos a palavra, para encaminhar ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, quero encaminhar no sentido de acolher a fundamentação do Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, para que possamos votar a constitucionalidade nesta tarde e que, antes de retornar em 2ª discussão, se possa discutir uma emenda que possa estabelecer o limite do valor do ressarcimento que o FUNARPEN fará aos atos que hoje são gratuitos, e são muitos, porque o volume é excessivamente elevado e justamente é esse ônus que não está sendo suportado. São as únicas quatro Varas de Família que são ainda privadas e que efetivamente é necessário que se possa, como bem disse aqui o Deputado Elio Rusch e também conversava com os Deputados Strapasson e Welter, que se possa estabelecer, através de uma emenda, o limite que se faça o ressarcimento, ou seja, a retribuição dos serviços presta-

dos. Isso porque temos que reconhecer que o volume é extremamente elevado dos atos gratuitos, praticamente quase todos, e a receita ficou muito baixa.

Por outro lado, é necessário que se estabeleça um limite. Como é preciso discutir melhor isso, que possamos aprovar hoje em 1ª discussão e que não retorne amanhã em 2ª discussão, para que possamos, até semana que vem, preparar essa emenda estabelecendo um limite, porque o projeto é constitucional na medida e que a iniciativa é própria de um Parlamentar e aqui, efetivamente, estamos tratando de um tema que é absolutamente de relevante interesse público, até porque as Varas de Família têm que funcionar, até pelo volume de pessoas que demandam o seu serviço.

Era isso, Sr. Presidente. Por isso peço o voto SIM.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Esta Presidência entende que se o Plenário entra em acordo, esta Presidência nada tem contra. Se o Líder da Oposição e o Líder do Governo entendem votar favorável em 1ª discussão...

**O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, gostaria de consultar V. Exa., porque tenho um requerimento para que haja a retirada por cinco Sessões, para que, através de um entendimento entre o FUNARPEN e as Varas de Família de Curitiba, chegue-se ao entendimento da melhor forma de resolver o problema sem incorrer no vício da inconstitucionalidade do projeto.

Portanto, tentei protocolar. Desde que haja o entendimento entre as partes, isso é possível? Consulto a V. Exa. se esse requerimento poderá ser protocolado agora.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Gosto de cumprir o Regimento, mas o Plenário é soberano. Esse projeto já foi retirado por 10 Sessões, por cinco e mais cinco. Então, V. Exas. concordam em votar em 1ª discussão e depois será retirado? Senão vou ter que cumprir o que diz o Regimento na votação.

**O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)**

Então vou fazer a discussão do projeto. Posso fazer?

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

V. Exa. tem a palavra.

**O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Esse projeto nº 836 foi bastante debatido na Comissão de Finanças, onde o Deputado Relator Elton Welter pôde, através de conversas em audiências, seja com o FUNARPEN ou seja com os representantes da Vara de Família, buscar o entendimento para fazer o seu

relatório de impacto financeiro para poder deliberar quanto a esse aspecto econômico/financeiro da sustentabilidade do FUNARPEN. Naquele momento não tivemos, em nenhum momento, a informação precisa e real de quanto era o valor desse tão dito e propagado déficit dos cartórios de Curitiba. Mas fizemos uma audiência, juntamente com o Deputado relator ao Tribunal de Justiça, com o Presidente do Tribunal de Justiça, onde ele nos colocou que esse projeto era inconstitucional, visto tratar-se de um foro judicial, competência exclusiva do Tribunal de Justiça.

Portanto, segundo o Presidente do Tribunal ele nos colocou formalmente, Deputado Tadeu Veneri, que este Fundo jamais poderia canalizar recursos para o foro judicial, competência exclusiva de manutenção do Tribunal de Justiça. Também não poderia, segundo ele, ter iniciativa de um Parlamentar, pela mesma forma, porque ele é um foro judicial, competência exclusiva do Tribunal.

Terceira questão. Na questão do vício de inconstitucionalidade. Se voltarmos no tempo vamos ver que esta lei, que foi criada em 2001, a Lei nº 13228, que criou o Fundo de Apoio de Pessoas Naturais, ela foi fundamentada exatamente sobre a Lei Federal nº 10169, de 29 de dezembro de 2000, que previa que os Estados poderiam criar mecanismos de compensação para que os cartórios de registro civil pudessem viabilizar as gratuidades para expedição de certidão de nascimento, certidão de óbito. Ou seja, a lei federal é clara e definitiva e reporta, no seu artigo 8º: *Os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de sua competência, respeitado o prazo estabelecido no artigo 9º desta lei, estabelecerão forma de compensação aos registradores civis das pessoas naturais pelos atos gratuitos por ele praticados conforme estabelecido em lei federal.*

Portanto, fundamento da criação do FUNARPEN foi a lei federal que permitiu que os Estados buscassem criar mecanismos de compensação para pagar as gratuidades. Evidentemente ele jamais deu amparo legal federal para que se buscasse criar fundo de compensação para cobrir possíveis déficits de família, diga-se de passagem, cartórios judiciais estatais, que devem ser mantidos pelo Estado. Portanto, o fundamento principal foi esse. Em cima disso, criou-se um Fundo para fazer a compensação para que os pequenos cartórios - porque os cartórios maiores têm sustentação - os pequenos cartórios do Paraná fossem viabilizados economicamente, recebendo, através desse fundo, um valor conforme as suas gratuidades.

É evidente, Srs. Deputados, que neste contexto criou-se um Fundo através do selo, e é bom que se diga, no primeiro momento, segundo entendimento das serventias extrajudiciais, este valor do selo não era cobrado do contribuinte, ou seja, o cidadão que ia pedir um documento, uma autenticação, uma fotocópia, uma escritura, seja qualquer documentação no foro extrajudicial, ele não estava pagando nada. Ou seja, uma cooperação entre os cartórios, tabeliões extrajudiciais, permita um amparo para aqueles pequenos cartórios de registro civil

pudessem estar funcionando. No entanto, posteriormente, aquilo que não pesava no bolso do cidadão passou a pesar, por meio de um ato do Poder Judiciário que permitiu que se repassasse aos contribuintes. Hoje, os contribuintes estão pagando um valor, que eu considero alto, para selar todos os atos e criar um Fundo que, efetivamente, arrecada um bom valor.

Acho que esta Casa deveria, primeiro, pensar se o Fundo tem dinheiro sobrando, ou tem dinheiro a mais do que precisa. Acho que precisamos buscar formas e mecanismos de reduzir o valor do selo para beneficiar o cidadão, nunca onerar ainda mais, mas esta é uma questão de mérito que vamos discutir depois. A questão constitucional está da seguinte forma: primeiro, foro judicial, competência exclusiva do Tribunal de Justiça. Portanto, este projeto, segundo as palavras e o que foi colocado na audiência que tivemos com o Presidente do Tribunal, é inconstitucional. Segundo, é inconstitucional porque fere, não tem amparo na lei federal. A lei federal que permitiu a criação do FUNARPEN não cita, em nenhum momento, que ele pode viabilizar a compensação para o foro judicial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tentei e ouvi, de forma atenta, desde o momento lá nas audiências na Comissão de Justiça, as duas partes. Recentemente, nesta semana, tentei fazer com que eles se conversassem e buscassem estabelecer no diálogo uma contribuição para ajudar. Agora, por que será que essas quatro Varas não está sendo viabilizado o funcionamento por meio da decisão do Tribunal de Justiça? Conversando com essas pessoas que conduzem essas Varas elas me diziam: "Temos um prejuízo da ordem de cinco, seis, dez". Hoje, querem 20 mil por mês. Não está definido o valor. Agora, sabe por que o Tribunal de Justiça não estão viabilizando por meio do Fundo essas Varas, Deputado Plauto? Por que existe uma ação que, segundo eles, em torno de R\$ 20 milhões que essas Varas estão movendo contra o Tribunal de Justiça, contra o Poder Público, para querer receber sei lá de quantos anos atrás todas as gratuidades, e aí gerou um impasse. Eu perguntei para ele: por que vocês não sentam com o Presidente do Tribunal e resolvem isso retirando a ação? Mas eles não vão tirar a ação nunca. Sabe por quê? Por que ela representa 20 milhões no bolso de cada um.

Agora, acho que se eles querem resolver a situação, querem sair do déficit, seja de cinco, seja de 20, seja de 30 mil por mês, eles devem sentar em conjunto e viabilizar, de forma articulada, isso. Agora, não acho justo que tiremos dinheiro do bolso do contribuinte para colocar em cartórios que estão aí para receber um valor de milhão e milhões das gratuidades que estão fazendo, porque não receberam. Acho que esta Casa não pode votar um projeto de tamanha envergadura, mais uma vez colocando no bolso do cidadão, que está lá diariamente nas serventias extrajudiciais pagando selo mais do que deve. Acho que devemos buscar um entendimento e respeitar o Tribunal, porque é sua competência.

Particularmente, hoje, quanto à questão constitucional, votarei contra, porque não entendo como podemos tirar dinheiro de um fundo extrajudicial para subsidiar cartórios que estão pleiteando R\$ 20 milhões de indenização de todas as suas ações anteriores. Então, acho que é competência judicial. Deveria ter aqui uma audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça, com os cartórios que estão demandando isso e com o FUNARPEN, que é a principal interessada.

Portanto, Sr. Presidente, encaminhado contrário. Esta Casa é soberana e decide, mas tenho certeza que nós deveríamos, hoje, estar buscando a solução de um problema e não mais conflitos e mais divergências que vão, automaticamente, ser na sequência debatidos.

Era isso, Sr. Presidente, Sr. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Para encaminhar, Deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Vejo a colocação transformando em uma grande discussão esse projeto. Ele não tem essa profundidade que podemos imaginar.

Para não esquecer, quero começar dizendo ao Deputado Strapasson que está se propondo uma emenda a um projeto, já aprovado na Assembleia Legislativa. Portanto, se a emenda fosse inconstitucional, o projeto também o seria, porque ele é também de autoria da Assembleia Legislativa.

O parecer do Presidente do Tribunal de Justiça é absolutamente equivocado e não me causa surpresa que assim o seja. Se o Presidente do Tribunal de Contas achasse que não pode pagar as Varas de Família de outra forma, deveria pagar com o FUNREJUS, Deputado Anibelli. O FUNREJUS, que o Tribunal de Justiça recebe em cada ato de cartório, pelo valor que o cartório recebe. Ao invés de ser uma verba, um segundo orçamento do Tribunal de Justiça, ele deveria pagar aos cartórios de Vara de Família, na Justiça gratuita, com esse recurso que é arrecadado, em todos os atos praticados, em todos os cartórios do Estado do Paraná. Acho que seria mais justa esta explicação do Presidente, para o Deputado Strapasson, do que pura e simplesmente falar de inconstitucionalidade, de algo que não é inconstitucional.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, esta questão é muito simples. Esse Fundo foi criado com o objetivo de fazer uma compensação, pelo preço de tabela do registro civil, do óbito, que os cartórios de registro civil passaram a obrigatoriamente ter que fazer, devido a uma legislação federal. Lá na Câmara Federal votou que o brasileiro tem que ter o registro civil gratuito. Engraçado é que a carteira de identidade, de motorista, CPF, nada tem que ser gratuito, mas o registro civil tem que ser gratuito. Só que ninguém paga para o cartório de registro civil. Quem mantém funcionário, livro, caderno, luz, telefone, aluguel, tudo, é o cartório de registro civil.

Então, criou-se esse Fundo, para que através do selo comprado pelos cartórios de maior porte, como tabelionato, protesto, registro civil, fazer um Fundo e compensar esse “primo pobre” dos cartórios.

O que está propondo esse projeto, que acho que muita gente não leu? O projeto só inclui no artigo 2º: *O fundo de apoio ao registro civil de pessoas naturais e de família tem por finalidade custear os atos praticados gratuitamente, pelo receptor civil de pessoas naturais e pelos escrivães de Varas de Família, não remunerados pelos cofres públicos.*

Quando o Deputado Strapasson fala que os cartórios judiciais, somente os cartórios não remunerados pelos cofres públicos, isso vale dizer que qualquer escrivão de família dos cartórios de 99,99% do Paraná são remunerados pelos cofres públicos. De todas as Cidades, eles são remunerados. Aqui em Curitiba tem quatro cartórios ainda que não são remunerados e o serão no futuro, quando vagar. Porque nós mesmos aprovamos uma lei, que em aposentadoria compulsória, ou por morte, ou por vacância do cartório, o novo cartorário será o cartório oficializado e hoje não o é.

A grande parte do trabalho que faz esse pessoal é na Justiça gratuita. E para quem é a Justiça gratuita? Para o pobre. Não recebe nada para fazer a Justiça gratuita, tem que pagar os funcionários, todo o material. É bonito falar aqui na Justiça de bairro. Então, vai a Justiça no bairro, para fazer a separação, divórcio, desquite, adoção de filhos, tudo isso que é feito pela Vara de Família. Quem tem que pôr o funcionário para fazer a Justiça gratuita é o cartório da Vara de Família, e esse cartório não recebe nada para fazer isso e tem que pagar o funcionário, a condução e tudo. São só quatro Varas que hoje recebem. O projeto não é inconsequente, fala aqui: *O valor da compensação financeira pelos atos gratuitos será equivalente ao valor estipulado no regimento de custas - portanto, ele está com o valor definido - dos atos da mesma natureza. Sendo que os valores repassados aos atuais escrivães de família não remunerados pelos cofres públicos não serão inferior ao valor mínimo das custas previstas para o caso.*

Aqui vale dizer, se uma pessoa que tenha patrimônio for procurar a Vara de Família, terá um custo, porque ele tem bens a partilhar e tem que fazer uma separação, uma doação, tem valor. Quando não tem valor que vai para ser gratuito a custa é mínima. Mas, mesmo assim, justificando uma colocação feita pelo Deputado Strapasson, o parágrafo 5º diz assim: *Se a receita do respectivo mês for insuficiente para a compensação integral, será feito o rateio proporcional ao valor recebido dos atos praticados por cada ofício. Caso as reservas do Fundo não suportem a complementação da diferença dos valores a serem repassados.*

Portanto, não há o menor risco de que num mês se repasse recurso maior do que o recurso arrecadado pelos selos.

Então, meus prezados companheiros de Assembleia, é muito simples. Aqui não está se tratando de aumento de custas, de mudar processo, é apenas fazer com que a Justiça gratuita, que é conduzida no apoio ao magistrado, é conduzida pelo Cartório, pela Vara de Família, e essa Vara de Família não recebe para fazer esse serviço.

Lá em Londrina, Deputado Belinati, o escrivão da família recebe do serviço público. Ele é um funcionário do judiciário. Aqui está se tratando, única e exclusivamente, daquele que não recebe nada do Poder Judiciário, nem do Poder Público. Ele tem que pagar as custas e fazer a Justiça gratuita, que é para os pobres, custeando do seu próprio bolso o que está inviabilizando a permanência desses cartórios.

Vale dizer, se algum Deputado quiser fazê-lo na sequência, seria muito interessante. Um projeto em que o FUNREJUS pagasse isso. Já que o Presidente do Tribunal acha que esse projeto é inconstitucional, o FUNREJUS paga. Como eles não pagam, o servidor não consegue manter a serventia e a Justiça gratuita. Isso não é possível, é uma matemática que não existe.

Só queria fazer uma proposta: a constitucionalidade existe, tanto que o projeto original já foi votado. A CCJ, a quem cabe dar o parecer de constitucionalidade, já votou por unanimidade. Proponho que votemos em 1ª discussão, que é a constitucionalidade, e eu mesmo encaminharei, Sr. Presidente, como autor do projeto, um ofício à Mesa, agora nesta Sessão, logo após a votação, de retirada da 2ª votação ao projeto, para que possamos fazer a discussão necessária que tem que ser feita com as partes envolvidas, para melhorarmos o máximo que seja possível.

Eu deveria ser contra. Sou tabelião e oficial. Portanto, esse escrivão da Vara de Família vai receber desse Fundo. Mas, é por critério de justiça. Não posso acreditar que se parta para um bairro fazer Justiça gratuita através da Vara de Família e que ele tenha que pagar os funcionários, pagar o material, pagar tudo e não receber nada. Isso não é fazer justiça.

Então, Sr. Presidente, a proposta é a seguinte: votamos em 1ª discussão que é a constitucionalidade, tem parecer da CCJ e hoje mesmo encaminho o requerimento à Mesa pedindo a retirada por cinco, por oito Sessões, para que se possa fazer uma audiência e discutir esse assunto com mais profundidade.

#### O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência consulta os líderes se este é entendimento do Deputado Caíto Quintana. Deputado Strapason, V. Exa. também.

Então, não observaremos o Regimento Interno. Os votos dos líderes ou todos permaneçam como estão, sem votar no painel eletrônico, que poderá dar confusão se formos fazer a votação ao contrário.

#### O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, antes de V. Exa. colocar em votação, só dizer que tem uma emenda na Comissão de Constituição e Justiça, que essa emenda, lógico, deverá ser rejeitada, conforme entendimento que já mantivemos também com os titulares daquela vara de Família.

Então, não tem como se querer aplicar com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2008.

Então, vamos votar hoje a constitucionalidade, ou só o projeto, e depois vamos discutir isso aqui exatamente com as pessoas envolvidas diretamente.

#### O SR. ELTON WELTER (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, sou um Parlamentar que procuro o bom diálogo e o entendimento, e nós, quando fizemos o relatório na Comissão de Finanças, ouvimos o Tribunal de Justiça, tem os anexos dos documentos encaminhados pelo Corregedor do Tribunal de Justiça recomendando a não aprovação desse projeto.

Eu insisti com o autor para que discutíssemos e buscássemos um consenso com as pessoas que coordenam o Fundo e junto com as quatro Varas de Família. E já há um questionamento: por que não os outros cartórios do interior, que também prestam serviços gratuitos, não pegarem dinheiro do Fundo também? Por que só essas quatro? E podem estar sendo injustiçados essas quatro Varas de Família, como têm ponderado a maioria dos Deputados aqui.

Então, temos que discutir amplamente esta questão, com mais profundidade. Eu diria que, infelizmente, quer se insistir que se vote em primeiro turno. A minha recomendação de voto no relatório é contrária, vamos manter esta posição, somos do diálogo e do bom entendimento, porque o bom legislador é aquele que discute amplamente com a sociedade e se produz, tanto quanto possível, o consenso.

Mas, na medida em que não está totalmente clarificada esta questão, na medida em que não se produziu o entendimento com as pessoas que coordenam o Fundo, e se não produziu entendimento com cartórios do interior, que muitas vezes também prestam muitos serviços gratuitos e não serão contemplados nesta lei, e também da dúvida que gerou em função da própria prestação de contas, que antes foi relatada até pelo Deputado Elio Rusch, caberia sim que esse projeto não fosse votado no dia de hoje e se produzisse uma Audiência Pública, onde se chamasse, inclusive, o Corregedor do Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário, que também tem interesse em corrigir possíveis distorções com os cartórios pobres do interior do Paraná.

#### O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero encaminhar favoravelmente ao projeto do Deputado Caíto Quintana.

Acho que é uma questão de justiça se incluir essas quatro Varas de Família no Fundo. O Fundo foi criado exatamente para atender situações semelhantes a essas.

E um esclarecimento que acho que cabe aqui, foi dito pelo Deputado Strapasson que havia uma ação onde pleiteavam ser ressarcidos em 20 milhões. Essa ação, primeiro nunca teve valor; segundo, que foi perdida. Não é verdadeira esta informação, porque isto influencia os Deputados. E mesmo que houvesse, se a Justiça tivesse por acaso dado ganho de causa a eles, dizendo que eles teriam que ser ressarcidos do que fizeram, que era justo, não inviabilizaria em nada eles serem incluídos, para não ter que fazer outra ação.

Mas não é o caso. Eles não ganharam esta ação. Não tinha valor e não cabe hoje este assunto.

Simplesmente quero encaminhar favoravelmente o que está sendo tratado, porque é uma questão de justiça, não é ilegal e hoje vamos votar apenas a constitucionalidade dela. Se alguém não concorda com isso, pode votar contra o mérito, mas a legalidade tem que ser votada aqui nesta Casa hoje e eu conto com o apoio dos colegas.

Muito obrigado.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, quero acompanhar o que disse o nosso relator aqui, Deputado Welter, até porque represento o interior e acho que se a Capital tem esse problema o interior também tem. Se tiver que levar recursos para os cartórios da Cidade, da Capital, tem que levar para o interior também.

Então, quero acompanhar o que disse aqui, o interior já recebe, diz o Deputado, então eu continuo acompanhando o que disse o Deputado Welter.

A questão do FUNREJUS, que o Deputado Caíto Quintana falou aqui, há um pedido de informação desta Casa no Tribunal de Justiça para que se possa saber como está o FUNREJUS. Na hora que soubermos, é uma caixa preta que nunca se abriu, e no dia que abrir vai dar para saber quanto tem de dinheiro e o que dá para fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Diante do entendimento esta Presidência colocará em votação.

**O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, imaginei, quando o senhor sinalizou positivo, que havia uma concordância para retirada por cinco Sessões.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

O requerimento não está aqui. Se V. Exas. quiserem eu posso colocar em votação. Acreditei que havia um entendimento.

Vamos proceder a verificação de votação para votação nominal, a pedido do Deputado Chico Noroeste, pela painel.

Deputados que não concordarem com a aprovação votarão NÃO; os que votarem pelo entendimento votarão SIM. Deputados favoráveis ao entendimento e ao projeto votarão SIM; os contrários votarão NÃO e será feito pelo painel. Em votação.

Encerrada a votação: 21 NÃO, 14 SIM. **Rejeitado o projeto.**

#### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que veda o licenciamento ou sua revalidação para a comercialização de medicamentos manipulados por farmácias e ervanárias, sem a respectiva bula, nos termos que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM E CSP. Aprovada. (Publ. no DA nº 084/09, de 02/08/09, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 364/09**

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O projeto de lei em tela condiciona o licenciamento das farmácias e ervanários que comercializam medicamentos manipulados, a existência da respectiva bula.

Desde 1931 a bula é exigida como documento sanitário no pedido de licença e considerada um item obrigatório na concessão do registro. Há muito é reconhecida por ter se tornado um meio de informação importante sobre os medicamentos, bem como por sua influência no consumo. Devido à intrínseca relação entre o registro e a bula, a normatização de ambas era alterada praticamente ao mesmo tempo. Assim, à medida que as exigências para garantir a eficácia, segurança e qualidade dos medicamentos aumentavam, os itens obrigatórios das bulas cresciam, sejam na melhor descrição e definição como na criação de novos itens de informação.

No entanto, tenho em vista o fato do medicamento manipulado ser individualizado, a exigência legal não tem sido cumprida.

Temos que ter em mente que o medicamento manipulado é personalizado. Cumpre ao estabelecimento que o comercializa oferecer assistência farmacêutica ao paciente. É neste momento que informações detalhadas são passadas ao consumidor, sendo indispensável uma bula com informações mais generalizadas.

O projeto de lei em tela reforça a obrigatoriedade das farmácias e ervanários do Estado do Paraná de confeccionarem bula para seus medicamentos manipulados, condicionando o licenciamento ou sua revalidação a sua existência. O que se pretende é tornar obrigatória a existência de bula em medicamentos manipulados.

É importante observar que não se pretende incidir sobre atribuições da Secretaria de Estado da Saúde. A capacidade jurídica de agir atribuída a este ente estatal, consistente em conceder ou não conceder o licenciamento ou sua renovação, tendo em vista atividades de conteúdo individual e concreto, previstas lei e voltadas a satisfação do interesse coletivo não é afetada. O que se pretende é tornar obrigatória para as farmácias



de manipulação e ervanários a confecção de bulas para os medicamentos que comercializam. A concessão da licença ou sua renovação fica condicionada a existência de bula para os medicamentos manipulados comercializados. Não se retira da Secretaria de Estado da Saúde a competência para expedir ou não a licença, apenas condiciona-se a sua concessão ao cumprimento de lei estadual que obriga as farmácias e ervanários a confeccionarem bula para os medicamentos manipulados que comercializam. Não há interferência na competência da Secretaria de Estado da Saúde para expedir ou não licença, apenas cria-se um novo critério para sua concessão.

### **Fundamentação**

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em obediência às disposições constantes do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a análise acerca da constitucionalidade, legalidade, legitimidade e, por fim, a técnica legislativa utilizada.

Quanto a constitucionalidade, o projeto é adequado tendo em vista o disposto no inciso XII, artigo 24, da Constituição Federal/88, segundo qual compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa de saúde. É inegável que a exigência de bula para os medicamentos manipulados por farmácias e ervanários é providência que visa a proteção e a defesa da saúde dos paranaenses.

A iniciativa do projeto cabe a qualquer membro do Parlamento Estadual (artigo 61 da CF/88), vez que versa sobre matéria de competência da Assembleia Legislativa, com sanção do Governador, de acordo com o disposto no artigo 53, XVII, da Constituição Estadual, segundo o qual cabe à Assembleia dispor sobre matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Neste ponto, reforçamos o entendimento de que condicionar o licenciamento de farmácias e ervanários a existência de bula nos medicamentos manipulados não interfere nas atribuições da Secretaria de Estado da Saúde ou da Vigilância Sanitária.

Cumpra-se destacar o que diz Diógenes Gasparini ao conceituar ato administrativo, categoria jurídica na qual se inclui o licenciamento. Segundo o citado autor ato administrativo é toda prescrição, juízo ou conhecimento, predisposto à produção de efeitos jurídicos, expedida pelo Estado ou por quem lhe faça as vezes, no exercício de suas prerrogativas e como parte interessada numa relação, estabelecida na conformidade ou compatibilidade da lei, sob fundamento de cumprir finalidades assinaladas no sistema normativo.

Pois bem, verifica-se então que a lei é anterior ao licenciamento. O licenciamento é concedido ou não, de acordo com a adequação ou não da atividade a lei. Não existe novidade neste aspecto. Criar por lei um requisito que condicione o licenciamento não é interferir na com-

petência, nas atribuições do órgão emissor do ato. Em nenhum momento o projeto cogita sobre a transferência de atribuições ou de competência da Secretaria da Saúde para outro órgão da Administração Pública ou retira-lhe este atributo jurídico. Isto sim seria interferir nas atribuições da SESA. Não é este o sentido do projeto. O projeto simplesmente determina que não seja concedido o licenciamento caso o requisito legal (existência de bula) não seja cumprido. Não havendo bula, o objeto do licenciamento, a comercialização de medicamentos manipulados, se tornará ilícito e a licença não deverá ser concedida. Ao contrário, havendo bula o licenciamento deverá ser concedido. A comercialização de medicamentos manipulados por farmácias e ervanários só será lícita quando acompanhar de bula. O licenciamento requer objeto lícito. O motivo da eventual recusa, é o descumprimento da lei que se pretende aprovar, e a finalidade da concessão ou da recusa é o interesse público a ser atendido através desse serviço público.

Superado este impasse, destacamos também que a Lei Federal nº 5991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, estabelece em seu artigo 21 que o comércio, a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos será exercida somente por empresas e estabelecimentos licenciados pelo órgão sanitário competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, em conformidade com a legislação supletiva a ser baixada pelos mesmos.

Por fim, quanto a técnica legislativa, inexistem óbices às normas constantes na Lei Complementar nº 095/98.

### **Conclusão**

Tendo em vista os motivos elencados, somos favoráveis a tramitação do presente projeto de lei por não encontrarmos óbices de natureza constitucional e legal na sua tramitação.

Sala das Comissões, em 29/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

## **COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI Nº 364/09**

### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria da nobre Deputada Rosane Ferreira, tem por objetivo vedar o licenciamento ou sua revalidação para a comercialização de medicamentos manipulados por farmácias e ervanárias sem a respectiva bula.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente projeto de lei para análise.

Solicitou-se então baixa em diligência o presente projeto de lei junto à Secretaria de Estado da Saúde. Após o recebimento do parecer técnico desta Secretaria, é de se ressaltar a relevância da matéria ora versada, uma vez que se refere a manipulação de substâncias de alto risco para o ser humano por parte de estabelecimentos farmacêuticos, sem que este medicamento venha acompanhado de qualquer informação.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos não haver óbice à normal tramitação do presente projeto de lei e assim somos por sua aprovação.

Sala das Comissões em 06/04/10.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente  
LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**  
**PROJETO DE LEI Nº 364/09**

**P A R E C E R :**

Parecer ao Projeto de Lei nº 364/09 que veda o licenciamento ou sua revalidação para comercialização de medicamentos manipulados por farmácias e ervanários, sem a respectiva bula, nos termos que especifica.

A proposição visa, em síntese, obrigar os estabelecimentos que menciona a expedirem bulas em relação aos medicamentos que manipula.

Não se trata da bula convencional que as indústrias de medicamentos imprimem em grandes quantidades, mas de um documento onde constem as diversas informações a respeito dos produtos manipulados.

A competência da Comissão de Saúde Pública está prevista no parágrafo 8º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

“§ 8º À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Saúde Pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.”

É competência da mencionada comissão analisar a matéria, em conformidade com o regimento.

A Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável à tramitação da proposição de Indústria, Comércio e Turismo.

Baixada em diligência a proposição foi remetida a SESA - Secretaria de Estado e Saúde.

Essa se manifestou pela possibilidade da aprovação e sugeriu a apresentação de emenda para contemplar o contido no Anexo I da Resolução da ANVISA RDC 47, de 08/09/09.

O referido anexo elenca as informações que devem constar da bula.

Esta relatoria considera que a maior parte das informações já constam da versão original da proposição, portanto, deixa de apresentar a emenda.

Por outro lado, é conveniente e oportuno que a autora seja intimada da sugestão apresentada pela SESA para que analise a viabilidade de apresentar a emenda.

Quanto ao mérito em si, parece-nos relevante a proposição pois visa proteger a saúde dos pacientes, dar a publicidade e transparência exigidas pela Constituição Federal e Código do Consumidor.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição com redação original, pois presentes os requisitos formais e materiais exigidos ao caso.

Sala das Comissões, em 27/04/10.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção aos Animais São Francisco de Assis - APASFA - no Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 046/10, de 10/05/10, Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 210/10**

**P A R E C E R :**

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Proteção aos Animais São Francisco de Assis - APASFA, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o foro que consta no artigo 1º do Estatuto Social da “Associação de Proteção aos animais São Francisco de Assis - APASFA é a Comarca de Campo Mourão, no Estado do Paraná, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Ainda, tendo em vista a exclusão de parte da redação do artigo 2º do presente projeto de lei, por redundância, sugere-se a emenda supressiva em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável na forma das emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 18/05/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 210/10

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Proteção aos Animais São Francisco de Assis - APASFA, com sede e foro no Município de Campo Mourão.”

Sala das Comissões, em 18/05/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 210/10  
EMENDA SUPRESSIVA

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor em sua data de publicação.”

Sala das Comissões, em 18/05/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/10, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública o Instituto Internacional Sócio Ambiental e Cultural Planeta Vida, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 046/10, de 10/05/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 214/10

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Internacional Sócio Ambiental e Cultural Planeta Vida, com sede e foro em Curitiba, no Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade dos referidos projetos, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a Organização Não Governamental que se pretende declarar de utilidade pública possui o nome correto de Instituto Internacional Sócio Ambiental e Cultural Planeta Vida - ONG Instituto Planeta Vida, e seu foro é o

Município de Curitiba, no Estado do Paraná, consoante o respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 18/05/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA  
PROJETO DE LEI Nº 214/10

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Instituto Internacional Sócio Ambiental e Cultural Planeta Vida - ONG Instituto Planeta Vida, com sede e foro em Curitiba, no Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 18/05/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Reni Pereira.

**Requerimentos**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1698, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se a discussão, para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1680, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se a discussão, para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1693, de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Antonio Belinati, Reni Pereira, Fernando Scanavaca, Wilson Quintero e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1686, 1687 e 1697, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1682, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1677, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1690 a 1692, de autoria do Deputado Ney Leprevost constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1694, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1695, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1696, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1699, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 194/10.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 364/09, 210 e 214/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 530/09 e 004/10.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Comissão Executiva***

##### ***Atos***

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0490/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1623, datado de 01/03/10, deste Poder

#### **R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, BRANDALI APARECIDA MAKOSKI, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 01/02/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0499/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 0776, datado de 03/02/10, deste Poder

#### **R E S O L V E :**

prover, PAULO JESUS DE MATOS, do cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 03/02/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26/02/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0521/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1714, datado de 02/03/10, deste Poder

#### **R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, SAMIRA GAZELI SAAMARA, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 01/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0522/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1621, datado de 01/03/10, deste Poder

#### **R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, RENATO TARDIOLLI TEIXEIRA, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 01/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0523/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 347/10, de FERNANDO JOSE RIBAS MEDEIROS, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0524/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 346/10, de MARIA APARECIDA DE SIQUEIRA BARDDAL, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0525/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 345/10, de FERNANDA APARECIDA NUNES, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0526/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 344/10, de ANDRE RODRIGUES DA COSTA, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0527/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 343/10, de CLODOALDO MACHADO DE QUEIROZ, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0528/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 342/10, de FABIO ROBERTO LEITORLES, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0529/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 341/10, de JOSE DONIZETE DA SILVA, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0530/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 339/10, de JAIME WILIAN PELOW, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0531/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 338/10, de PEDRO WASHINGTON ALMEIDA, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0532/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 340/10, de LINDACIR MINATTI, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0533/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3335, datado de 01/04/10, deste Poder

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RENATO CORREA FRAGA MOREIRA FILHO, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 31/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0534/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 0946, datado de 08/02/10, deste Poder

## R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 179/10, passando a valer a seguinte redação: “exonerar, a pedido, WILLIAM AUGUSTO GOMES OLIVEIRA BELLANI, do cargo em comissão junto à Comissão de Defesa do Consumidor, a partir de 08/02/10, e nomear para exercer cargo em comissão junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir da mesma data”.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0536/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 0940, datado de 08/02/10, deste Poder

## R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 149/10, passando a valer a seguinte redação: “exonerar, a pedido, OSVALDO DOS SANTOS, do cargo em comissão junto ao Gabinete do Deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 01/02/10.”

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0537/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 465/10, de CINTYA SALLES BELINATI, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0539/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3056, datado de 30/03/10, deste Poder

## R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 453/10, passando a valer a seguinte redação: “exonerar, a pedido, RAISSA FABBRI DIMITTI, do cargo em comissão da Administração, a partir de 07/04/10”

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0544/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 0976, datado de 08/02/10, deste Poder

## R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 180/10, passando a valer a seguinte redação: “exonerar, a pedido, PEDRO FIESKI, do cargo em comissão junto à 1ª Vice-Presidência, a partir de 09/02/10 e prover para exercer cargo em comissão junto à Liderança do PT, a partir da mesma data.”

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0545/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1615, datado de 01/03/10, deste Poder

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOÃO VILHENA DE PAIVA FILHO, do cargo em comissão junto à 1ª Secretaria, a partir de 01/03/10 e prover para exercer cargo em comissão, DAS-5, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir da mesma data.”

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0549/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 360/10, de CAIO MARIO ZACHESKI, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0550/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 357/10, de ROSANGELA FOGAÇA DOS ANJOS, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0551/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 358/10, de ANTONIO MARCOS PEDROZO BONFIM, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0552/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 356/10, de LAZARO BUENO, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0553/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 355/10, de FLAVIA MARIANA PEDROSO, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0554/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 354/10, de EDINIR DE ROS MACHADO, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0560/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1619, datado de 01/03/10, deste Poder

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, LUIS CARLOS MARTINS BRANCO, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 01/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0561/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1609, datado de 01/03/10, deste Poder

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, RENATA VENANCIO FROENING, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 01/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0563/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3544, datado de 06/04/10, deste Poder

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ALINE SLEUTJES, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0564/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3543, datado de 06/04/10, deste Poder

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSE JAIME PAULA SILVA, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0565/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3526, datado de 06/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, GIOVANA CAROLINA COSCIA RICCI BARK, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0566/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3524, datado de 06/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LEONEL GOLDENBERG, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0567/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3534, datado de 06/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EDNA CRISTINA DOS SANTOS COGROSSI, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0569/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3936, datado de 12/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA, do cargo em comissão, da 3ª Secretaria, a partir de 12/04/10 e prover para exercer cargo em comissão junto ao Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir da mesma data.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0570/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3963, datado de 12/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSE APARECIDO DA SILVA, do cargo em comissão, da 3ª Secretaria, a partir de 12/04/10 e prover para exercer cargo em comissão junto ao Gabinete do Deputado Tadeu Veneri, a partir da mesma data.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0571/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3508, datado de 06/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARCO ANTONIO STRANO, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0572/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3585, datado de 06/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANTONIO CLAUDIO FERREIRA DA CRUZ, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário



## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0573/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3565, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, NAYANA LAUREK DECHICHE, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0574/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3625, datado de 07/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, GILMAR SOARES, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 07/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0575/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3512, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, GISELE ALVES DE SOUZA, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0576/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3520, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, JACQUELINE CARDOSO WEIGERT, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0577/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3519, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, SILVIO CARLOS DALOMA VICENTE, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0579/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3568, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ARNALDA MELLO, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0580/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3630, datado de 07/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, PAULO VIEIRA, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 07/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0581/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3541, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, PRISCILA LOPES DOS SANTOS, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0582/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3586, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ROGERIO DALLEGRAVE GOMES SANTOS, do cargo em comissão, da Presidência, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0583/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3631, datado de 07/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, JOAO GALDINO DE SOUZA, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 07/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0584/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3633, datado de 07/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, CRISTIANE DE CAMPOS, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 07/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0585/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3627, datado de 07/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, PRISCILA CORREIA DE SA, do cargo em comissão, da Diretoria Geral, a partir de 07/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0586/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3547, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, SUSAN LIZ BORDIN, do cargo em comissão, da Administração, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0587/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3626, datado de 07/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, IZABEL CARDOZO, do cargo em comissão, da Presidência, a partir de 07/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0588/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3635, datado de 07/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, OCALIL VIEIRA, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 07/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0589/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4240, datado de 15/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, PAULINA GOMES ALVES, do cargo em comissão, da Diretoria Geral, a partir de 14/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0590/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4307, datado de 16/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, LUISA HELENA MARQUES FRANCO, do cargo em comissão, da Administração, a partir de 01/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0591/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3527, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, RAFAEL AUGUSTO CASSETARI FILHO, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0592/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3528, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, MARCELO MUNHOZ DA ROCHA MELLO, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 06/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0593/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3532, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, SANDRA REGINA DE CARVALHO, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0594/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3539, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, DANIEL DE CARVALHO GUTIERREZ, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0595/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3555, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, JULIANA FISCHER DE OLIVEIRA, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0596/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3584, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ISOLDE DECKER MACANEIRO, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0597/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3513, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, WALDENIR STORTTI, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0598/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3588, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, FABIANA AKIKO OMURA, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.  
Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.  
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0599/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3521, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, NESTOR JOSE MALLMANN, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.  
Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.  
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0600/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3529, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ANHAI IZABEL TEIXEIRA, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.  
Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.  
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0601/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3583, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, MARIA APARECIDA DA SILVA REIS, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.  
Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.  
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0602/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3506, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, MARCELO MARTINS, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.  
Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.  
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0603/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3629, datado de 07/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, IARA CRISTINA DE QUEIROZ, do cargo em comissão, da Administração, a partir de 07/04/10.  
Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/10.  
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0604/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3535, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, MARCOS ANTONIO MACIEL, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.  
Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.  
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0605/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3507, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, MARIA DA GRAÇA JULIANI, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.  
Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.  
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0606/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3549, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, EDISON BARROZO ANTUNES, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0607/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3522, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, GUILHERME AUGUSTO CUNHA PASSOS, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0608/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3518, datado de 06/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, SEMARA CRISTINA DOS SANTOS SILVA, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 05/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0609/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4243, datado de 15/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, CRISTIANE MENDONÇA PAPIN, do cargo em comissão, da Presidência, a partir de 15/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0610/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4244, datado de 15/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ALEX MENDONÇA PAPIN, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 15/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0611/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4245, datado de 15/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, MARIA SINUIR DE SOUZA MACHADO, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 15/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0612/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4246, datado de 15/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, CARLOS ALBERTO FERREIRA DE LIMA, do cargo em comissão, da Presidência, a partir de 15/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0614/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4281, datado de 16/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, WANDA APARECIDA DA SILVA MORAIS, do cargo em comissão, da Presidência, a partir de 01/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0615/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4362, datado de 20/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CLEIDE DE FATIMA VICENTE ALVARES MORAES, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 20/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0616/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4372, datado de 20/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, AMANDA PEIXOTO ELIAS, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 20/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0617/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4371, datado de 20/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, GUILHERME AUGUSTO MORONA CAMAROSKI, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 20/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0618/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4369, datado de 20/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ROSANE DELLANI BARBACOV, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 20/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0619/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4363, datado de 20/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CREUSA NOGUEIRA BATISTA FROES, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 20/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0620/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4370, datado de 20/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CARLA GRACIELA ROCIO DA SILVA, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 20/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0621/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4366, datado de 20/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DENISE SARTOR FLORES, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 20/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0622/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4367, datado de 20/04/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSE CARLOS SANTIS, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 20/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0623/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4365, datado de 20/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ANDREIA DO PILAR LACERDA, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 20/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0624/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4364, datado de 20/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, VANESSA APARECIDA FRANCO DA ROCHA, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 20/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0626/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4373, datado de 20/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, SERGIO LUIZ SCHMIDT, do cargo em comissão, da Liderança do PDT, a partir de 20/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0627/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4293, datado de 16/04/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, YEDA MARY DE CARVALHO, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cheida, a partir de 16/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0562/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3258, datado de 31/03/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, MOISES RICARDO COSTA, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 31/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

***Atas de Comissões******Constituição e Justiça*****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16º LEGISLATURA  
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADO, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Luiz Carlos Martins. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 742/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Reni Pereira; 02) Projeto de Lei nº 530/09 de autoria do Deputado Marcelo Rangel, Projeto de Lei nº 727/09 de autoria do Deputado Plauto Miró e Projeto de Lei nº 065/10 de autoria da Deputada Beti Pavin, todos anexos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Caíto Quintana; 03) Projeto de Lei nº 178/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri - Altera dispositivos da Lei nº 15448/07. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Chico Noroeste, Nereu Moura e Artagão Júnior votaram FAVORÁVEL ao parecer. Os Srs. Deputados Reni Pereira, Tadeu Veneri, Luiz Carlos Martins, Douglas Fabrício e Duílio Genari votaram contrariamente. O Sr. Presidente fez uso do voto de minerva votando FAVORAVELMENTE ao parecer contrário do relator - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 036/10 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer do Depu-

tado Francisco Bühner pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 054/10 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 040/10 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior, sugerindo a transformação da matéria em indicação legislativa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 059/10 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 084/10 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, sugerindo a transformação da matéria em indicação legislativa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 085/10 de autoria do Deputado Teruo Kato - Altera dispositivos da Lei nº 8927/88. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, sugerindo a transformação da matéria em indicação legislativa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 087/10 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Reni Pereira; 11) Projeto de Lei nº 088/10 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 095/10 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Caíto Quintana; 13) Projeto de Lei nº 097/10 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 100/10 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 106/10 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 126/10 de autoria do Poder Executivo. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Douglas Fabrício SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como cópia a todos os Deputados presentes. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Tadeu Veneri; 17) Projeto de Lei nº 133/10 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Caíto Quintana; 18) Projeto de Lei nº 134/10 de autoria do Deputado Chico Noroeste - Altera o objeto constante no Anexo VII do Plano de Aplicação da Lei nº 16369/09. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO, com voto contrário do Deputado Tadeu Veneri. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 006/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 006/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado

Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 131/10 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 139/10 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 147/10 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 152/10 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 153/10 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 170/10 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 171/10 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 173/10 de autoria dos Deputados Wilson Quinteiro, Enio Verri, Luiz Nishimori, Cida Borghetti e Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 177/10 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 179/10 de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 132/10 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação o Projeto de Lei nº 004/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 004/10 de autoria do Poder Executivo - Altera e inclui dispositivos da Lei nº 10799/94. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência dos Srs. Deputados Durval Amaral, Francisco Bühner e Nereu Moura e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar



Traiano, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Dr. Batista, Elton Welter e Jonas Guimarães. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião em discussão e votação - APROVADO, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Presidente passa a Presidência ao Sr. Deputado Francisco Bühner. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 688/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 688/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 688/09 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura às Emendas nºs 01, 02 e 03 de Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 038/10 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Nereu Moura; 03) Projeto de Lei nº 056/10 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 126/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Durval Amaral; 05) Projeto de Lei nº 096/10 de autoria do Deputado Wilson Quinteiro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 06) Proposição-Veto nº 010/10 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 257/09 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 07) Proposição-Veto nº 011/10 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 425/09 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento ao Plenário - APROVADO; 08) Proposição-Veto nº 012/10 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 361/09 de autoria do Deputado Mário Roque. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 09) Proposição-Veto nº 015/10 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 658/07 de autoria dos Deputados Rosane Ferreira e Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana ao encaminhamento ao Plenário, lido pelo Deputado Francisco Bühner - APROVADO. O Sr. Deputado Durval Amaral passa a presidência ao Sr. Deputado Nereu Moura; 10) Projeto de Lei nº 197/10 de autoria do Deputado Durval Amaral. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo

Presidente. O Sr. Presidente CONCEDE VISTA em comum a todos os Srs. Deputados; 11) Projeto de Resolução nº 013/10 de autoria do Deputado Durval Amaral - Regulamenta os anexos IV e V da Lei nº 16390/10. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli, na forma da emenda anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura passa a presidência ao Sr. Deputado Durval Amaral. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

Ana Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Nereu Moura e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Reni Pereira e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADO, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Ademar Traiano. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 197/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 197/10 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli, na forma da emenda substitutiva geral, alterada pela subemenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 119/10 de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 191/10 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 193/10 de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 194/10 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados e por mim, Flávia M. Baltazar, secretária adjunta desta comissão.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

Flávia M. Baltazar - Secretária Adjunta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
TERMO DA ATA

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira e com a presença dos Srs. Deputados: Duílio Genari, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto e

Tadeu Veneri. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião para o dia 18 de maio, às 13h30, na sala de reuniões das comissões. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata que após lido e aprovado, será assinado pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

